

Processo : 215.862-4/2016
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA CANTAGALO
Observação : REF EXERC 2015

Senhor Coordenador-Geral,

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do município de **CANTAGALO**, relativa ao exercício de **2015**, sob a responsabilidade do **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA** – chefe do Poder Executivo, constituindo os resultados gerais de sua atuação governamental, abrangendo os registros de todos os órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundos especiais.

I – INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

No âmbito desta competência, cabe a este Tribunal de Contas apreciar anualmente as contas de governo dos municípios a fim de possibilitar, mediante a emissão de parecer prévio, o julgamento pelo Poder Legislativo, conforme emana o artigo 125, incisos I e II da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o chefe do Poder Executivo municipal fica obrigado a encaminhar a esta Corte a prestação de contas de governo contendo os elementos exigidos pela legislação vigente.

Diante da documentação encaminhada, esta Coordenadoria de Contas de Governo dos Municípios – CGM efetua a análise dos dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial apresentados pelo município, considerando os seguintes aspectos:

- **Limites Constitucionais**
 - Educação
 - Saúde
 - Repasse financeiro ao Poder Legislativo
- **Gestão Fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal)**
 - Equilíbrio financeiro
 - Limite de despesas com pessoal
 - Limite de endividamento
 - Metas anuais estabelecidas pela LDO
 - Previdência do servidor
- **Gestão Orçamentária**
 - Orçamento
 - Autorização para abertura de créditos adicionais
 - Autorização para contratação de operações de crédito
- **Gestão Patrimonial**
 - Resultado patrimonial
 - Saldo patrimonial
- **Royalties**
- **Controle Interno**

Neste exame são considerados as diretrizes e os mandamentos expressos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, na Lei Federal n.º 4.320/64, na Lei Federal n.º 6.404/76 e suas alterações, bem como nas demais normas pertinentes editadas por esta Corte de Contas e por órgãos afins.

A análise das contas de governo abrange toda a administração direta e indireta municipal, não sendo alcançadas as empresas estatais não dependentes para efeito de consolidação das contas e apuração dos limites legais, por força do disposto no artigo 50, inciso III da LRF.

Cabe ressaltar que, apesar de o artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecer a emissão de parecer prévio separadamente, em relação às contas prestadas pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, também, do Ministério Público, seus efeitos foram suspensos em face de liminar concedida em 09/08/2007 pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n.º 2238-5. Dessa forma, o presente relatório contém apenas o projeto de parecer prévio sobre as contas do prefeito, uma vez que as contas do chefe do Poder Legislativo serão efetivamente julgadas por esta Corte em processos específicos.

II – ASPECTOS FORMAIS

1) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Segundo informações fornecidas pelo jurisdicionado (fls. 09) e dados existentes no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP deste Tribunal, o município é composto pelos órgãos e entidades relacionados a seguir:

Administração direta			
Órgão	Lei de criação	Operacionalizado (sim/não)	Contabilidade segregada (sim/não)
Prefeitura Municipal			
Câmara Municipal			
Fundo Municipal de Saúde – FMS	10/1988	Sim	Sim
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	213/1995	Sim	Sim
Fundo Municipal da Criança e Menor Adolescente – FMCMA	769/2006	Sim	Sim
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMMADS	941/2009	Sim	Sim
Administração indireta			
Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal	38/1990	Sim	Sim
Empresas públicas dependentes			
Não possui			
Empresas públicas não dependentes			
Não possui			

Fonte: relação dos órgãos, entidades e fundos especiais da administração municipal, fls. 09.

2) PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Esta prestação de contas foi encaminhada em 15/04/2016, de forma tempestiva, conforme prazo fixado no artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, visto que a sessão legislativa de 2016 foi inaugurada em 16/02/2016, conforme evidenciado às fls. 07.

3) DOCUMENTAÇÃO

3.1) ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A prestação de contas de governo compõe-se da documentação prevista nas Deliberações TCE-RJ n.ºs 199/96, 215/00, 218/00 e 222/02, bem como de demais elementos solicitados por esta Corte, que possibilitem a verificação da observância, por parte do município, da legislação aplicável à matéria, em especial da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF).

Em face da ausência de alguns documentos quando da remessa da presente prestação de contas, foi formalizado o ofício regularizador (processo TCE-RJ n.º 299.028-4/16), apreciado pelo plenário, em sessão de 23/06/2016, sendo relator o Exmo. Conselheiro Domingos Brazão.

Em atendimento à decisão plenária, foram encaminhados os elementos constitutivos do documento TCE-RJ n.º 15.528-4/16.

O Anexo 1, às fls. 870/873, elenca todos os documentos encaminhados que fundamentam o presente relatório.

3.2) INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Relacionam-se a seguir os processos cadastrados neste Tribunal, referentes aos instrumentos de planejamento orçamentários, relativos à competência de 2015, que subsidiaram esta instrução processual:

Descrição	Fls.	Processo TCE-RJ n.º
Plano Plurianual – PPA	20/20v	201.616-9/14
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	11v/19	214.551-6/14
Lei Orçamentária Anual – LOA	21/21v	200.143-7/15

3.3) RELATÓRIO RESUMIDO – RREO e GESTÃO FISCAL – RGF

Demonstra-se a seguir a situação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal encaminhados a este Tribunal, referentes ao Poder Executivo, para fins de apuração dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Exercício de 2015

Descrição	Processo TCE-RJ n.º	Impedimento de análise / Motivo
1º bimestre	210.312-2/15	(*)
2º bimestre	220.702-3/15	(*)
3º bimestre	266.570-8/15	-
4º bimestre	293.895-1/15	(*)
5º bimestre	809.965-4/15	(*)
6º bimestre	203.589-8/16	-

Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Exercício de 2015

Descrição	Processo TCE-RJ n.º	Impedimento de análise / Motivo
1º semestre	266.561-7/15	-
2º semestre	203.592-5/16	-

(*) Os dados destes relatórios não são considerados para análise desta prestação de contas.

Conforme evidenciado no quadro anterior, foram encaminhados todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – CONSOLIDAÇÃO

1) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, as prestações de contas de governo dos municípios devem ser apresentadas de forma consolidada, abrangendo os resultados gerais da gestão de todos os órgãos e entidades dos poderes do município, assim como dos fundos.

Foram encaminhadas as demonstrações contábeis consolidadas, conforme disposto na Deliberação TCE-RJ n.º 199/96. Registra-se que a elaboração destas demonstrações, de acordo com os procedimentos técnicos, deve ser realizada pelo contador da Prefeitura Municipal, por ser o responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, conforme estabelecido no artigo 3º

da Resolução CFC n.º 560/83, e por concentrar, na maioria dos casos, as informações necessárias para efetuar os ajustes decorrentes da consolidação.

A implantação das novas regras para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público promovida pela União por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN exigiu dos municípios a adoção de diversos procedimentos no sentido de promover a adequação aos novos padrões, principalmente no que concerne ao sistema patrimonial.

Neste sentido as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei Federal n.º 4.320/64 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/12, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalta-se que, de acordo com a Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 733/14, as demonstrações contábeis relativas ao exercício em análise devem ser elaboradas de acordo com as regras e estruturas estabelecidas na 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Portaria STN n.º 700/14.

Verifica-se que o município de CANTAGALO elaborou suas demonstrações contábeis observando as novas estruturas estabelecidas pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Por fim, a análise individual das contas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, respectivamente, será efetuada nos processos de ordenadores de despesas, enfatizando que a manifestação desta Corte acerca do parecer prévio não repercute ou condiciona qualquer posterior julgamento da responsabilidade de administradores e demais responsáveis.

2) ANEXOS EXIGIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar Federal n.º 101/00, no inciso III do artigo 50, dispõe sobre a escrituração e consolidação das contas, a saber:

As demonstrações contábeis compreenderão isolada e conjuntamente as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente. (grifo nosso)

Empresa estatal dependente, conforme definido no artigo 2º, inciso III da LRF, é a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Verifica-se que o município não possui empresas estatais dependentes.

2.1) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

Nos exames dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, referentes aos 3º e 6º bimestres, foi constatada a consolidação dos dados das unidades gestoras do município.

2.2) RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

Nos exames dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF de todos os períodos de 2015 foi constatada a consolidação dos dados das unidades gestoras do município.

IV – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1) PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual descrito no §1º do artigo 165 da CF é um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de 4 (quatro) anos, devendo conter de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O plano plurianual para o quadriênio de 2014/2017 foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.179, de 12/12/2013, cuja publicação encontra-se às fls. 20/20v.

2) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a norma que define as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo governo.

De acordo com o §2º do artigo 165 da Constituição Federal, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do orçamento (Lei Orçamentária Anual), dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

As diretrizes para o exercício de 2015 foram estabelecidas através da Lei Municipal n.º 1.208, de 30/06/2014, cuja publicação encontra-se às fls. 11v/19.

3) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual, de acordo com o §5º do artigo 165 da CF, disciplina todos os programas e ações do governo no exercício, e compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente a todos os Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que, direta ou indiretamente, se detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Pode-se dizer que a LOA é um instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem estar da coletividade.

O orçamento geral do município para o exercício de 2015 foi aprovado pela Lei dos Orçamentos Anuais, n.º 1.245, de 10/12/2014, estimando a receita no valor de R\$89.940.697,00 e fixando a despesa em igual valor (fls. 21/21v).

3.1) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares consta do artigo 4º da LOA, o qual estabelece:

Art. 4º. De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da Republica Federativa do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, bem como pelo disposto no artigo 17º da Lei Municipal nº. 1.208/2014 de 30 de junho de 2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias, fica o Poder Executivo,

compreendendo a Administração Direta e Indireta, dentro do montante estabelecido em seus respectivos orçamentos, autorizado a:

(...)

II – Abrir créditos suplementares até 5% (cinco por cento) do total da despesa bruta autorizada, R\$89.940.697,00, alterando, se necessário, o Programa de Investimentos, assim como, criando elementos de despesa dentro de cada projeto/atividade/operação especial existente, podendo o Poder Executivo efetuar remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programa para outra ou de um órgão para outro, desde que não inviabilize projetos em andamento.

Deve-se registrar ainda que foram estabelecidas exceções ao limite autorizado para a abertura de crédito, conforme inciso III do artigo 4º da LOA, *in verbis*:

III – Não onerarão o limite previsto no inciso II, ficando o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos, após aprovação da Câmara Municipal:

- a) Decorrentes de vinculações constitucionais, legais e de convênios, até os limites do excesso de arrecadação e das sobras de exercício anterior desses recursos;
- b) Vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores a receber dentro do exercício, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;
- c) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos”; “Juros e Encargos da Dívida”, “Amortização da Dívida” “Despesas com Saúde e Educação”, até o limite dos valores atribuídos a cada grupo;
- d) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas ao Programa de Previdência Municipal, até o limite equivalente ao valor de cada uma das ações que o compõem;
- e) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Contribuição ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até o limite dos valores atribuídos nas ações;
- f) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Precatórios Judiciais, até o limite dos valores atribuídos nas ações.

Dessa forma, foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ **4.497.034,85**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	89.940.697,00
Limite para abertura de créditos suplementares 5,00%	4.497.034,85

Fonte: LOA – fls. 20/20v.

4) ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1) AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

De acordo com a relação apresentada pelo município às fls. 43 e 48/49, foram efetuadas as alterações orçamentárias evidenciadas no quadro a seguir:

				R\$
SUPLEMENTAÇÕES				
Alterações	Fonte de recursos	Anulação		4.607.209,97
		Excesso - Outros		0,00
		Superavit		0,00
		Convênios		0,00
		Operação de crédito		0,00
(A) Total das alterações				4.607.209,97
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)				245.000,00
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)				4.362.209,97
(D) Limite autorizado na LOA				4.497.034,85
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)				0,00

Fonte: LOA – fls. 20/20v; relação de decretos apresentada pelo município e publicações – fls. 43, 48/49 e 701/762.

Da análise do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais **encontra-se dentro do limite** estabelecido na LOA, observando o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

A seguir, são apresentados os decretos considerados como exceção, suficientes para o cumprimento do limite estabelecido na LOA:

Decreto n.º	Fls.	Exceções previstas na LOA – Valor (R\$)	Fundamentação legal na LOA
2.924/15	731	95.000,00	Art. 4º, III, alínea c
2.903/15	737	150.000,00	Art. 4º, III, alínea c
Total (R\$)		245.000,00	-

Fonte: relação de decretos apresentada pelo município (fls. 43, 48/49) e publicações às fls. indicadas no quadro.

4.2) AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

No que concerne aos créditos adicionais abertos em face de autorização em leis específicas, verifica-se a seguinte movimentação orçamentária:

Lei n.º	Fls.	Valor (R\$)	Decreto n.º	Fls.	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
					Superavit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
						Convênios	Outros			
1261/15	712/713	803.699,56	2909/15	735	0,00	803.699,56	0,00	0,00	0,00	E
1262/15	713	120.000,00	2910/15	735	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	E
1263/15	713	340.297,25	2.911/15	735	0,00	340.297,25	0,00	0,00	0,00	E
1266/15	711	441.500,00	2915/15	711v	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	S
					0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	S
1267/15	710	372.808,75	2918/15	710	0,00	372.808,75	0,00	0,00	0,00	E
1222/14	709	509.995,32	2926/15	762	0,00	509.995,32	0,00	0,00	0,00	E
1276/15	708	945.756,82	2936/15	708	0,00	945.756,82	0,00	0,00	0,00	E
1284/15	707	105.379,83	2958/15	753	0,00	0,00	0,00	105.379,83	0,00	E
1286/15	706	150.000,00	2961/15	745	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	E
1291/15, art. 1º	704/705	3.935.000,00	2971/15	705/705v	0,00	0,00	0,00	3.935.000,00	0,00	S
1.291/15, art. 4º	704/705	2.248.517,43	2977/15	729	0,00	0,00	0,00	230.500,00	0,00	S
			2980/15	726	0,00	0,00	0,00	830.354,00	0,00	S
			2988/15	701v	0,00	0,00	0,00	50.715,00	0,00	S
			2992/15	723	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	S
			2997/15	723	0,00	0,00	0,00	276.000,00	0,00	S
			3000/15	721v	0,00	0,00	0,00	671.565,00	0,00	S
			3001/15	721v	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	S
1292/15	703	1.143.462,80	2.975/15	703	0,00	0,00	0,00	1.143.462,80	0,00	S
1294/15	702	560.000,00	2.982/15	725	0,00	0,00	0,00	560.000,00	0,00	S
1295/15	701	100.000,00	2.986/15	701v	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	E
Total		11.776.417,76	Total		0,00	3.392.557,70	0,00	8.374.476,63	0,00	-

Fonte: relação de decretos apresentada pelo município (fls. 57/58) e publicações às fls. indicadas no quadro.

(1) Tipo de crédito: E – Especial

S – Suplementar

Nota: O crédito adicional especial aberto por meio do decreto nº 2.926/15 (fl. 762) foi autorizado com base em lei autorizativa promulgada nos últimos quatro meses do exercício de 2014, Lei nº 1.222, de 16/09/2014, sendo comprovado por meio dos documentos de fls. 35/37 que a respectiva dotação não foi utilizada naquele exercício.

Do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais **encontra-se dentro** do limite estabelecido nas leis autorizativas retro relacionadas, observando o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

5) DAS FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

A análise das fontes de recursos para abertura de créditos adicionais tem por finalidade apurar se, quando da abertura do crédito, havia a indicação da fonte e, por conseguinte, a existência de recursos disponíveis, de modo a verificar se o planejamento primou pela preservação do equilíbrio orçamentário do exercício.

A abertura de créditos adicionais possibilita um aumento de despesas quando a mesma ocorre lastreada em fonte de recurso diversa da anulação de dotações orçamentárias. Por essa razão, é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem a indicação dos recursos correspondentes, conforme dispõe o artigo 167, inciso V, *in fine*, da Constituição Federal.

Portanto, resta clara a preocupação do legislador constituinte em preservar o equilíbrio orçamentário, de forma a não comprometer o resultado financeiro, bem como os orçamentos seguintes, consoante ao que estabelece a Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Neste sentido, observa-se que decisões plenárias desta Corte de Contas não se restringem à simples análise da existência do recurso quando da abertura do crédito adicional, sendo considerado também o valor da economia orçamentária apurada ao final do exercício, como forma do gestor buscar o almejado equilíbrio orçamentário.

Diante disso, verifica-se que a finalidade a ser alcançada ao término da movimentação orçamentária do exercício é o equilíbrio entre receitas e despesas, isto é, a situação em que as despesas empenhadas não superam os recursos disponíveis, nestes incluído o *superavit* financeiro do exercício anterior, uma vez que se trata de fonte de recurso legalmente prevista para ser utilizada na abertura de créditos adicionais.

Não obstante, pode ocorrer situação em que a fonte de recurso indicada quando da abertura do crédito adicional seja insuficiente ou não venha a se confirmar, o que indicaria, a princípio, a existência de desvio capaz de comprometer o equilíbrio orçamentário do exercício.

Contudo, configurado tal caso, não estaria de pronto comprometida toda a gestão, uma vez que durante a execução orçamentária o gestor pode implementar medidas no sentido de corrigir o desequilíbrio orçamentário e financeiro iminentes, como, aliás, determina a própria Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, especialmente em seus artigos 1º e 9º, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifo nosso)

(...)

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Deste modo, esta análise se destina a verificar, inicialmente, se a totalidade de recursos financeiros existentes e disponíveis foi suficiente para suportar o total das despesas executadas no exercício, nestas já consideradas as despesas incluídas por meio da abertura de créditos adicionais.

Em caso positivo e, portanto, alcançado o esperado equilíbrio orçamentário, restaria configurada a adoção de medidas de controle e acompanhamento da execução orçamentária por parte do gestor durante o exercício, superando a ausência de recurso porventura verificada no ato da abertura do crédito adicional, sendo, assim, prescindível a análise individual de cada fonte de recurso indicada nos referidos créditos, uma vez cumprido os mandamentos da LRF.

Por outro lado, constatada ao final do exercício a existência de desequilíbrio orçamentário, torna-se necessária a análise individual de cada fonte de recurso indicada no crédito adicional, de forma a identificar se o desequilíbrio orçamentário ocorreu em função da abertura do crédito sem a efetiva fonte de recurso, descumprindo, assim, as normas legais vigentes. Cabe ressaltar, no entanto, que a simples existência de desequilíbrio orçamentário não configura a abertura de crédito indevida, visto que tal desequilíbrio pode ter sido provocado, por exemplo, pela frustração das receitas inicialmente previstas na lei orçamentária.

Diante do exposto, demonstra-se, a seguir, o resultado orçamentário apresentado ao final do exercício, excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto com vistas à cobertura de *deficit* financeiro:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)

Natureza	Valor - R\$
I - <i>Superavit</i> do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	70.834.349,56
III - Total das receitas disponíveis (I+II)	70.834.349,56
IV - Despesas empenhadas	69.042.844,39
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	0,00
VI - Total das despesas realizadas (IV+V)	69.042.844,39
VII - Resultado alcançado (III-VI)	1.791.505,17

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, Anexo 10 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 315/316; Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, Anexo 11 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 317/319, e Balanço financeiro do RPPS, fls. 324/325

Nota: o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º214.024-5/15).

Como se observa, ao final do exercício, o município registrou um resultado positivo, já considerados todos os recursos disponíveis e todas as despesas realizadas, inclusive aquelas efetuadas por meio da abertura de créditos adicionais, cuja indicação dos recursos consta da análise efetuada anteriormente nos itens 4.1 e 4.2. Desse modo, conclui-se que o gestor adotou as medidas necessárias à preservação do equilíbrio orçamentário no exercício de 2015, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes.

6) DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais relacionados às fls. 43, 48/49 e 57/58, resultando em um orçamento final de R\$93.333.254,70, que representa um acréscimo de 3,77% em relação ao orçamento inicial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	89.940.697,00
(B) Alterações:	16.374.244,30
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 12.926.306,77	
Créditos especiais 3.447.937,53	
(C) Anulações de dotações	12.981.686,60
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	93.333.254,70
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	93.333.254,70
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	0,00
(G) Orçamento registrado no Anexo 1 do RREO do 6º bimestre de 2015	93.333.254,80
(H) Divergência entre o orçamento apurado e o relatório resumido da execução orçamentária (D - G)	-0,10

Fonte: Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, e Anexo 01 do RREO do 6º bimestre/2015, processo TCE-RJ n.º 203.589-8/16.

O valor do orçamento final apurado **guarda** paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado e no Anexo 1 – Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015.

V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

1) RECEITAS

1.1) DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO

O comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2015 em comparação à previsão inicial resultou uma insuficiência de arrecadação de R\$8.177.895,09, conforme quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015

Natureza	Previsão Inicial R\$	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Variação	
				R\$	Percentual
Receitas correntes	84.350.197,00	84.350.197,00	76.754.526,44	-7.595.670,56	-9,00%
Receitas de capital	2.090.500,00	2.090.500,00	796.748,21	-1.293.751,79	-61,89%
Receita intraorçamentária	3.500.000,00	3.500.000,00	4.211.527,26	711.527,26	20,33%
Total	89.940.697,00	89.940.697,00	81.762.801,91	-8.177.895,09	-9,09%

Fonte: Previsão inicial: LOA, fls. 21/21v, e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

O valor da receita arrecadada informada no Balanço Orçamentário **guarda** paridade com o Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015 registra uma receita arrecadada de R\$81.762.801,90, consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

1.1.1) DA INSUFICIÊNCIA DA ARRECADAÇÃO APURADA

O município arrecadou 90,91% das receitas inicialmente previstas na Lei Orçamentária, conforme quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015

Natureza	Previsão Inicial R\$	Arrecadação R\$	Variação %
Receita Total	89.940.697,00	81.762.801,91	90,91%

Fonte: Previsão inicial: LOA, fls. 20/20v, e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Embora não tenha alcançado o valor inicialmente previsto na LOA, o montante arrecadado encontra-se dentro do aceitável, considerando que a receita superou 90% do valor pretendido, não caracterizando, a princípio, a elaboração de um orçamento superestimado.

Não obstante, ressalta-se que, neste caso, o município deve proceder ao acompanhamento da execução orçamentária durante o exercício, de modo a evitar a ocorrência de desequilíbrio orçamentário, adotando para tanto as medidas previstas no artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – LRF, destacando que tal matéria é objeto de análise na presente instrução.

1.1.2) DA RECEITA POR HABITANTE:

Neste tópico, efetua-se a análise da receita corrente efetivamente arrecadada por número de habitantes, já excluída a receita do Instituto de Previdência, com vistas à apuração da capacidade de arrecadação *per capita*:

RECEITA CORRENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES 2015		
Receita corrente excluído o RPPS (A)	N.º de habitantes (B)	Receita por habitante (C) = (A/B)
70.037.601,35	19.759	3.544,59

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, e IBGE *apud* Decisão Normativa n.º 148/2015 – TCU, fls. 846/847.

Nota: Valor da receita corrente do RPPS, R\$6.716.925,09 (fls. 315/316).

Para fins de comparação com os demais municípios e com base nas receitas arrecadadas em 2014 (última base de dados completa e disponível), verifica-se que o município ficou acima da média de arrecadação dos 91 municípios fluminenses (excluída a Capital), ocupando a 35ª posição, como segue:

RECEITA CORRENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES EM 2014				
Município Valor R\$	Média dos 91 municípios R\$	Valor da maior arrecadação R\$	Valor da menor arrecadação R\$	Posição em relação aos 91 municípios
3.333,72	2.568,65	12.396,85	883,31	35ª

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e banco de dados da CGM.

No tocante à receita tributária diretamente arrecadada pelo município: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, taxas, dívida ativa, multa e juros, com base nas receitas arrecadadas em 2014 (última base de dados completa e disponível), verifica-se

que o município ficou abaixo da média de arrecadação dos 91 municípios fluminenses (excluída a capital), ocupando a 36ª posição, como segue:

RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES EM 2014				
Município Valor R\$	Média dos 91 municípios R\$	Valor da maior arrecadação R\$	Valor da menor arrecadação R\$	Posição em relação aos 91 municípios
422,90	611,54	3.572,35	93,36	36ª

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e banco de dados da CGM.

1.2) DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

As receitas arrecadadas oriundas do poder de tributar do município representaram 7,88% do total arrecadado em 2015, sendo inferior ao apurado no exercício anterior.

Além das receitas arrecadadas em decorrência do seu poder de tributar, ocorreram transferências que constituem a mais significativa fonte de recursos do município, e representaram 78,64% do total arrecadado em 2015, sendo inferior ao apurado no exercício anterior.

No quadro a seguir demonstra-se esta evolução:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Descrição	Valor arrecadado em 2015 R\$	Evolução das receitas em relação à receita Total (Em %)	
		2015	2014
Receitas tributárias	6.444.956,46	7,88%	8,30%
Receitas de transferências	64.295.746,33	78,64%	79,44%
Outras receitas	11.022.099,12	13,48%	12,26%
(-) Deduções da receita - outras	0,00	0,00%	0,00%
Receita total	81.762.801,91	100,00%	
(-) Receitas intraorçamentárias	4.211.527,26		
Receita efetivamente arrecadada	77.551.274,65		

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.155/160 e prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15.

Nota: nas receitas de transferências já estão consideradas as deduções para o Fundeb.

Receitas (deduções)	Valor – R\$
Transferências	74.245.860,46
(-) Fundeb	(9.950.114,13)
Valor líquido	64.295.746,33

1.3) DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

As contas de dívida ativa tributária e não tributária são destinadas ao registro das inscrições, atualizações e baixas dos créditos devidos à fazenda pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário.

Verifica-se uma redução do saldo da dívida ativa na ordem de 38,71% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado:

DÍVIDA ATIVA		
Saldo do exercício anterior - 2014 (A) R\$	Saldo atual - 2015 (B) R\$	Variação % C = B/A
31.358.151,36	19.220.468,76	-38,71%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 768/770.

O valor cobrado no exercício de 2015 representou somente 0,65% do saldo existente em 2014, como segue:

DÍVIDA ATIVA - COBRANÇA		
Saldo do exercício anterior - 2014 (A) R\$	Valor arrecadado em 2015 (B) R\$	EM % C = B/A
31.358.151,36	203.828,96	0,65%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

O município informa que adotou providências no âmbito da fiscalização das receitas e no combate à sonegação, cujas medidas constam detalhadamente do documento de fls. 643/659.

1.4) DAS RECEITAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

As receitas de competência tributária diretamente arrecadadas pelo município em comparação ao total da receita corrente, excluídas as do Instituto de Previdência, representaram 10,80% do total, como demonstrado:

Receitas tributárias diretamente arrecadadas	Valor (R\$)
1112.01.00 - ITR diretamente arrecadado	0,00
1112.02.00 - IPTU	280.613,63
1112.04.00 - IRRF	1.244.720,76
1112.08.00 - ITBI	299.349,87
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	4.137.975,57
1120.00.00 - Taxas	394.972,91
1230.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - COSIP	689.786,48
Receita de bens de uso especial (cemitério, mercado municipal, etc)	0,00
1911.00.00 - Multa e juros de mora dos tributos	323.873,45
1913.00.00 - Multa e juros de mora da dívida ativa dos tributos	50.774,68
1931.00.00 - Dívida ativa de tributos	140.967,86
(A) Subtotal	7.563.035,21
(B) Deduções da Receita	0,00
(C) Total dos tributos diretamente arrecadados (A - B)	7.563.035,21
(D) Total da receita corrente excluído o RPPS	70.037.601,35
(E) Percentual alcançado (C/D)	10,80%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

2) DESPESAS

2.1) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa apresentou uma economia orçamentária no valor de R\$13.546.885,05, conforme demonstrado no quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas correntes	77.947.279,00	85.033.530,63	77.636.436,89	76.685.450,22	74.505.779,49	91,30%	7.397.093,74
Despesas capital	8.493.418,00	8.299.724,07	2.149.932,76	1.031.485,64	928.937,87	25,90%	6.149.791,31
Despesa intraorçamentária	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Total	89.940.697,00	93.333.254,70	79.786.369,65	77.716.935,86	75.434.717,36	85,49%	13.546.885,05

Fonte: Dotação inicial: LOA, fls. 21/21v, Anexos 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 161/167, e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

Nota: Incluídas as despesas intraorçamentárias.

O valor da despesa empenhada informada no Balanço Orçamentário guarda paridade com o Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado.

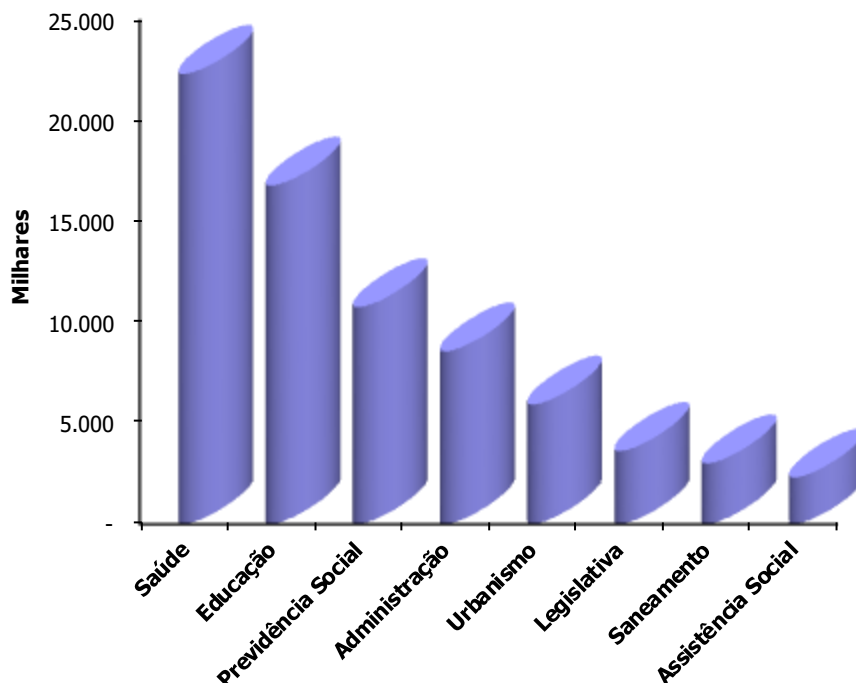
Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2015 registra uma despesa empenhada no total de R\$79.786.369,70, consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

Na tabela e no gráfico apresentados a seguir, demonstra-se a execução das despesas por funções de governo. Cabe destacar que o maior gasto realizado no exercício foi efetuado na função de governo Saúde, sendo constatado, na comparação com o exercício anterior, que o município continua priorizando suas ações de políticas públicas na mencionada função.

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO			
Código	Função	Despesa empenhada R\$	% em relação ao total
10	Saúde	22.313.405,39	27,97%
12	Educação	16.773.796,05	21,02%
09	Previdência Social	10.743.525,26	13,47%
04	Administração	8.551.916,68	10,72%
15	Urbanismo	5.921.031,24	7,42%
01	Legislativa	3.617.287,33	4,53%
17	Saneamento	2.995.686,50	3,75%
08	Assistência Social	2.299.681,04	2,88%
26	Transportes	1.814.505,76	2,27%
23	Comércio e Serviços	1.190.145,67	1,49%
06	Segurança Pública	1.004.069,82	1,26%
28	Encargos Especiais	794.264,48	1,00%
20	Agricultura	624.614,54	0,78%
13	Cultura	549.101,78	0,69%
18	Gestão Ambiental	483.176,21	0,61%
27	Desporto e Lazer	88.940,14	0,11%
24	Comunicações	18.035,00	0,02%
19	Ciência e Tecnologia	3.186,76	0,00%
	TOTAL	79.786.369,65	100,00%

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.151/154.

**Principais Despesas
por Função de Governo**

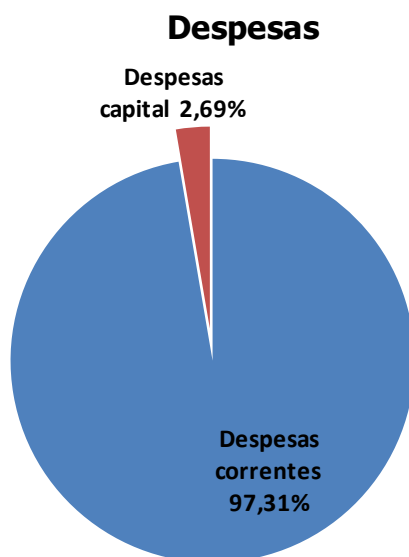


2.2) DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Verifica-se que as despesas correntes representaram 97,31% das despesas totais executadas no exercício de 2015, e as despesas de capital, 2,69%, conforme consignado no quadro a seguir:

DESPESAS EXECUTADAS EM 2015			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2015	2014
Despesas correntes	77.636.436,89	97,31%	92,35%
Despesas capital	2.149.932,76	2,69%	7,65%
Total	79.786.369,65	100,00%	

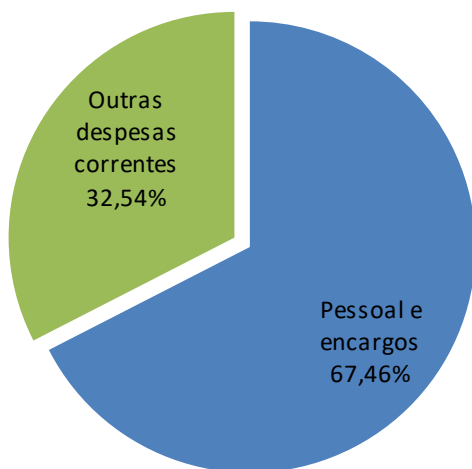
Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.



Das despesas correntes, 67,46% correspondem a despesas com pessoal e encargos, e 32,54% às demais despesas, como segue:

DESPESAS CORRENTES			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2015	2014
Pessoal e encargos	52.374.989,79	67,46%	61,72%
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	25.261.447,10	32,54%	38,28%
Total das despesas correntes	77.636.436,89	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.



No tocante às despesas de capital, a totalidade dos gastos foi destinada aos investimentos, representando 2,69% das despesas totais realizadas, percentual inferior ao apurado no exercício anterior, como segue:

DESPESA DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL			
Descrição	Valor - R\$	Resultado em % 2015	Resultado em % 2014
Investimentos	2.149.932,76	2,69%	7,65%
Despesa total realizada	79.786.369,65		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e Balanço Orçamentário, fls. 168/170.

3) METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (artigo 4º, da Lei Complementar Federal n.º 101/00).

Apresenta-se, a seguir quadro contendo as metas em valores correntes e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2015, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

R\$			
Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido OU Não atendido
Receitas	89.940.700,00	81.762.801,90	
Despesas	89.940.700,00	79.786.369,70	
Resultado nominal	-455.020,00	2.390.888,80	Não Atendido
Resultado primário	-523.070,00	983.038,70	Atendido
Dívida consolidada líquida	-8.038.620,00	-2.023.923,40	Não Atendido

Fonte: Anexo de Metas da LDO, fls. 16v/17, processo TCE-RJ n.º 203.589-8/16 - RREO 6º bimestre/2015, e processo TCE-RJ n.º 203.592-5/16 - RGF 2º semestre/2015.

Conforme se verifica no quadro anterior, o município **não cumpriu** as metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 1**.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, realizou audiência pública para avaliar o cumprimento das Metas Fiscais, conforme consta das atas apresentadas às fls. 81/101.

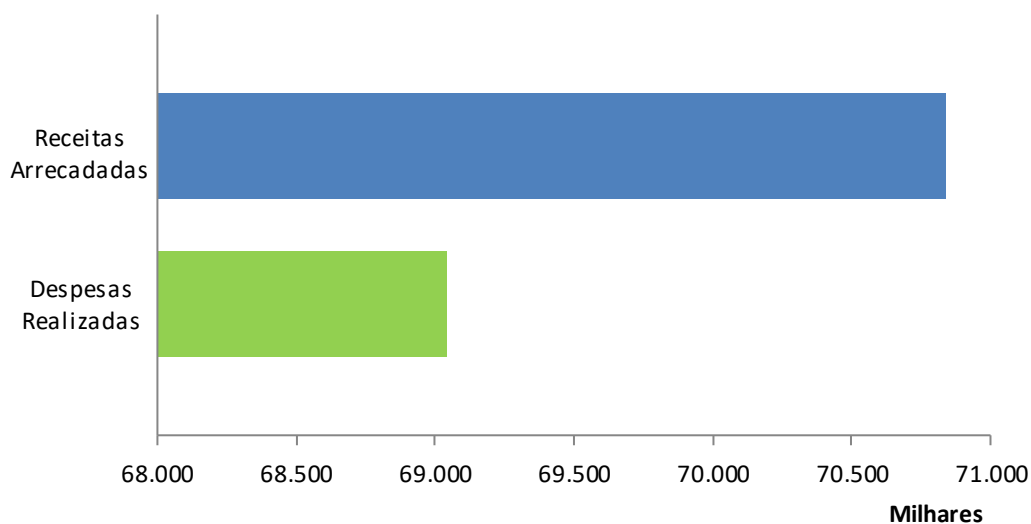
4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário representa a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, podendo, dessa forma, ocorrer um *superavit* ou um *deficit* orçamentário.

A análise da execução orçamentária deste exercício revela que o município apresentou resultado superavitário, já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme apresentado no quadro a seguir:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	81.762.801,91	10.928.452,35	70.834.349,56
Despesas Realizadas	79.786.369,65	10.743.525,26	69.042.844,39
Superavit Orçamentário	1.976.432,26	184.927,09	1.791.505,17

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 155/160, Anexo 11 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 161/167 e Balanço Orçamentário do RPPS, fls. 320/323.



5) RESULTADO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

Observa-se que o município apresentou o Balanço Patrimonial conforme a nova estrutura disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Portaria STN n.º 700/14.

O Balanço Patrimonial, em sua nova estrutura, segrega os ativos e passivos em circulante e não circulante. Os ativos são classificados como circulantes quando estiverem disponíveis para realização imediata e/ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo os demais ativos classificados como não circulantes.

Os passivos são classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis e os demais passivos são classificados como não circulantes.

No entanto, no sentido de viabilizar a verificação do resultado financeiro (*superavit/deficit*) alcançado pelo município, de acordo com o §2º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pela normatização, estabeleceu que o controle de financeiro e permanente não será mais efetuado em contas contábeis, mas sim por meio de atributos indicadores do superávit financeiro - Atributos Financeiro (F) e Permanente (P) utilizados pelo sistema informatizado, que permitirá separar o saldo financeiro e permanente do ativo e passivo.

Tais atributos têm reflexo nos anexos ao Balanço Patrimonial, quais sejam, quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, e demonstrativo do superavit/deficit financeiro apurado, o qual evidencia a informação por destinação de recursos.

Dessa forma, serão utilizados os valores evidenciados no quadro destinados ao registro do ativo e passivo financeiro, cuja diferença indica um *deficit* financeiro de R\$2.223.516,66, não considerado o valor relativo ao Regime Próprio de

Previdência Social – RPPS e Câmara Municipal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado D = A-B-C
Ativo financeiro	9.566.326,11	4.816.385,07	864,00	4.749.077,04
Passivo financeiro	7.123.501,16	150.907,46	0,00	6.972.593,70
Deficit Financeiro	2.442.824,95	4.665.477,61	864,00	-2.223.516,66

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 768/770, Balanço Patrimonial do RPPS, fls. 326/329 e Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 260/262.

Nota 1: devido a inconsistência no quadro dos ativos e passivos, foi considerado no Ativo Financeiro da Câmara o valor registrado na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (R\$864,00).

Nota 2: no último ano do mandato serão considerados na apuração do superavit/deficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2004, 2008 e 2012.

No tocante ao Demonstrativo do Superavit/Deficit Financeiro do Exercício (fls. 773/774), verifica-se inconsistência quanto aos registros de valores, uma vez que o mesmo aponta um superávit financeiro na ordem de R\$12.118.204,08, divergente, portanto, da diferença entre o ativo e o passivo financeiros demonstrados no próprio Balanço Patrimonial.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 2.**

Como se pode observar, o município de CANTAGALO não alcançou o equilíbrio financeiro no presente exercício, não sendo observado o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 3.**

Faz-se ainda necessário emitir um **alerta** ao atual gestor para que tome ciência do *deficit* financeiro apurado e de que, persistindo a situação de desequilíbrio financeiro até o final de seu mandato, poderá este Tribunal se pronunciar nos próximos exercícios pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas. Desta forma, deverá o gestor elaborar seu planejamento de modo a estabelecer metas de resultado de receitas e despesas que remetam ao

equilíbrio financeiro preconizado pela LRF, de forma a não prejudicar futuros gestores.

Adiante, apresenta-se a evolução do resultado do superavit/deficit financeiro do município desde o exercício de 2012:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS			
Gestão anterior	Gestão atual		
2012	2013	2014	2015
2.092.138,91	1.875.350,95	0,00	-2.223.516,66

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e quadro anterior.

Nota: o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15).

6) RESULTADO PATRIMONIAL

6.1) DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado referente ao exercício de 2015 foi apresentado às fls. 768/770, registrando saldo nas seguintes contas:

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Ativo circulante	12.338.810,23	14.213.826,71	Passivo circulante	3.431.142,92	3.808.328,73
Ativo não circulante	51.891.110,92	59.806.170,37	Passivo não circulante	3.268.412,74	2.331.900,76
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.396.158,42	27.533.975,52			
Investimentos	0,00	0,00	Patrimônio líquido		
Imobilizado	34.494.952,50	32.272.194,85	Total do PL	57.530.365,49	67.879.767,59
Intangível	0,00	0,00			
Total geral	64.229.921,15	74.019.997,08	Total geral	64.229.921,15	74.019.997,08
Ativo financeiro	9.566.326,11	9.673.982,89	Passivo financeiro	7.123.501,16	9.547.094,25
Ativo permanente	54.663.595,04	64.346.014,19	Passivo permanente	3.265.910,43	2.329.398,45
Saldo patrimonial				53.840.509,56	62.143.504,38

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado– fls. 768/770.

6.2) DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial do exercício de 2015 pode ser assim demonstrado:

Descrição	Valor - R\$
Variações patrimoniais aumentativas	119.322.099,47
Variações patrimoniais diminutivas	115.835.634,18
Resultado patrimonial de 2015 - Superavit	3.486.465,29

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado (fls. 179/180).

6.3) DO SALDO PATRIMONIAL

A tabela a seguir demonstra o saldo patrimonial apurado no exercício de 2015:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial de 2014)	67.879.767,59
Resultado patrimonial de 2015 - Superavit	3.486.465,29
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-13.835.867,39
Patrimônio líquido - exercício de 2015	57.530.365,49
Patrimônio líquido registrado no balanço - exercício de 2015	57.530.365,49
Diferença	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 768/770).

Nota: o Patrimônio Líquido do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º214.024-5/15), razão pela qual foi utilizado no quadro acima o valor do Patrimônio Líquido registrado na coluna do exercício anterior do Balanço Patrimonial de 2015 (fls. 767/770).

7) DA SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Lei Federal n.º 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes da Federação, tem, como principal objetivo, garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, constata-se um resultado previdenciário superavitário da ordem de R\$179.414,80, conforme exposição a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	10.928.452,50
Despesas previdenciárias	10.749.037,70
<i>Superavit</i>	179.414,80

Fonte: Anexo 04 do RREO 6º bimestre/2015 – Proc. TCE n.º 203.589-8/16.

O presente processo limitou-se a apresentar o resultado previdenciário obtido pelo Instituto no exercício, sendo os outros aspectos que envolvem o sistema previdenciário municipal tratados nos demais processos de atuação desta Corte de Contas, devido à amplitude, operacionalização e elevado grau de detalhamento que requer a matéria.

VI – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

1) DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base de cálculo para a apuração dos limites legais de endividamento e gastos com pessoal.

1.1) DA APURAÇÃO DA RCL

Para apuração da RCL é considerada o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferência correntes e outras receitas correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, com base na

receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores.

A RCL do exercício de 2015, de acordo com os demonstrativos contábeis encaminhados, é de R\$73.072.096,64, conforme demonstrada na tabela a seguir:

Especificação	Total (últimos 12 meses) R\$
(A) Receitas Correntes	86.704.640,57
Receita Tributária	6.444.956,46
Receita de Contribuições	3.009.823,42
Receita Patrimonial	1.079.085,97
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	73.468.412,25
Outras Receitas Correntes	2.702.362,47
(B) Deduções	13.632.543,93
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	2.320.036,94
Compensação Financ. entre Reg. Previd	1.362.392,86
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	9.950.114,13
(C) Receita Corrente Líquida (A-B)	73.072.096,64
(D) RCL registrada no Anexo 1 do RGF	73.072.096,60
(F) Divergência entre a RCL apurada e o RGF (C - D)	0,04

Fonte: Anexos 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º semestre de 2015 registra uma RCL consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

1.2) DA EVOLUÇÃO DA RCL

No quadro a seguir, registram-se os valores extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, referentes aos períodos de apuração dos limites:

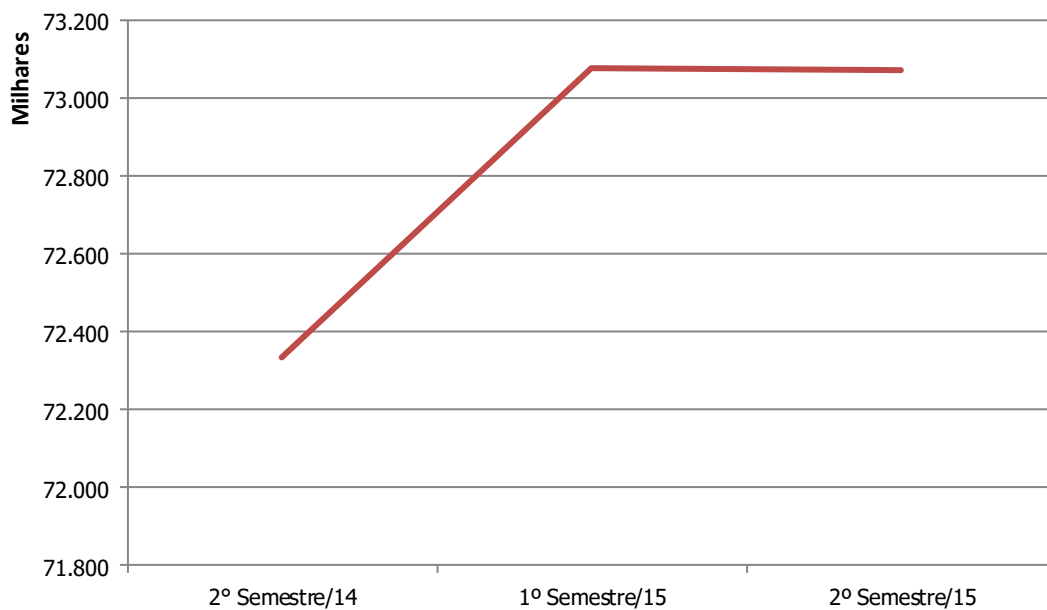
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

Descrição	2º Semestre/14	1º Semestre/15	2º Semestre/15
Valor - R\$	72.333.904,80	73.077.087,90	73.072.096,60
Variação em relação ao semestre anterior	—	1,03%	-0,01%
Variação da receita em relação ao exercício de 2014	1,02%		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ nºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF – 1º e 2º semestres de 2015.

O gráfico, a seguir, demonstra a evolução da receita corrente líquida – RCL no período:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL



Conforme se observa, houve um aumento de 1,02% da receita corrente líquida – RCL arrecadada no exercício de 2015 em relação à receita alcançada no exercício anterior.

2) DA DÍVIDA PÚBLICA

2.1) LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA OU FUNDADA

A dívida pública do município apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada, referente ao **2º semestre** do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2015, pode ser demonstrado da seguinte forma:

Especificação	2014	2015	
	2º Semestre	1º semestre	2º semestre
Valor da dívida consolidada	0,00	1,00	1,00
Valor da dívida consolidada líquida	-4.429.294,50	-6.024.367,60	-2.023.923,40
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-6,12%	-8,24%	-2,77%

Fonte: Prestação de contas de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15 e processo TCE-RJ n.º 203.592-5/16– RGF – 2º semestre de 2015.

Conforme verificado, tanto no exercício anterior, como em todos os semestres de 2015, o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal – 120% da RCL – foi respeitado pelo município.

2.2) LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, constata-se que o município não realizou operações de crédito no exercício.

2.2.1) Limite para Operação de Crédito por Antecipação de Receita (ARO)

Em consulta ao Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, constata-se que o município não contraiu operações de crédito por antecipação de receita no exercício.

2.3) LIMITE PARA CONCESSÃO DE GARANTIA

De acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2015, verifica-se que o município não concedeu garantia em operações de crédito.

3) DESPESAS COM PESSOAL

Considerando que o município apura os gastos de pessoal semestralmente, sendo, inclusive, a não observância aos percentuais motivo de alerta nos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do §1º do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, será apresentada a transcrição dos dados cuja trajetória se deu nos exercícios de 2014 e 2015, registrados nos respectivos Demonstrativos da Despesa com Pessoal – Anexo 1 do RGF.

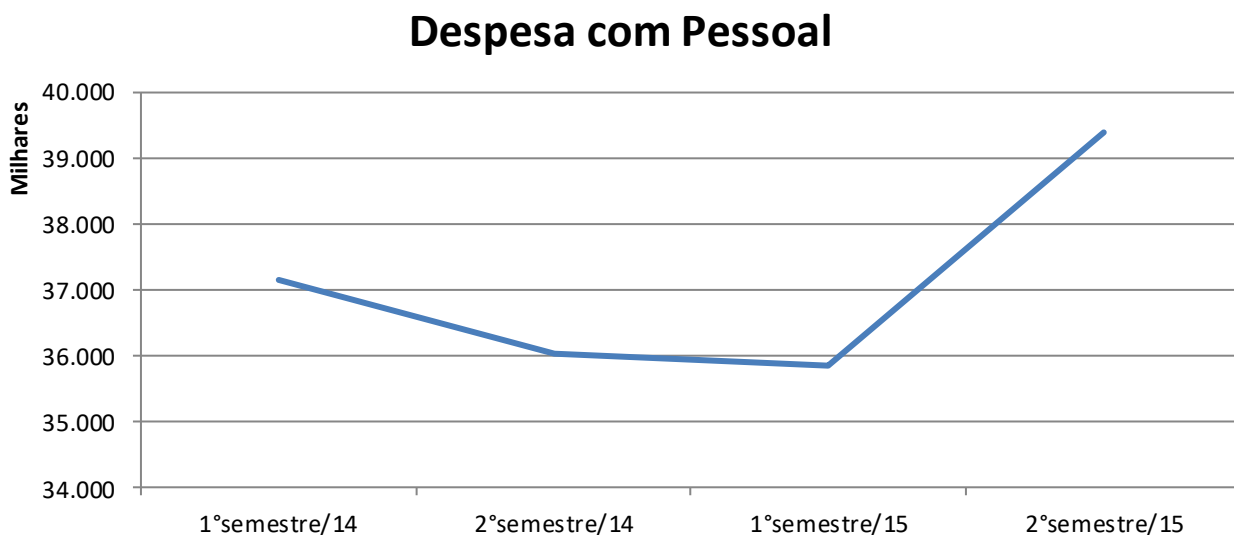
Registra-se que o limite para despesas com pessoal do Poder Executivo corresponde a 54% do valor da Receita Corrente Líquida – RCL, como estabelecido no inciso III, b, do artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Cumprir ainda destacar que no caso de descumprimento do limite legal, o município deve eliminar, em princípio, o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, conforme previsto no artigo 23 da citada lei federal.

Descrição	2014				2015			
	1º semestre		2º semestre		1º semestre		2º semestre	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	37.156.309,30	51,75%	36.015.283,70	49,79%	35.855.342,10	49,07%	39.396.973,30	53,92%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ n.ºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF 1º e 2º semestres de 2015.

O gráfico, a seguir, demonstra a evolução da Despesa com Pessoal no período:



Conforme se constata, o Poder Executivo respeitou o limite estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da LRF (54%) da Receita Corrente Líquida, nos dois semestres do exercício de 2015.

Verifica-se, ainda, a evolução das despesas com pessoal no período ora analisado, cujo resultado indicou um crescimento de 9,39% em relação às despesas do exercício anterior, como demonstrado:

DESPESAS COM PESSOAL			
Descrição	2º semestre/14	1º semestre/15	2º semestre/15
Valor - R\$	36.015.283,70	35.855.342,10	39.396.973,30
Variação em relação ao semestre anterior	—	-0,44%	9,88%
Crescimento da despesa em relação ao exercício de 2014	9,39%		

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 - processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e processos TCE-RJ n.ºs 266.561-7/15 e 203.592-5/16 - RGF 1º e 2º semestres de 2015.

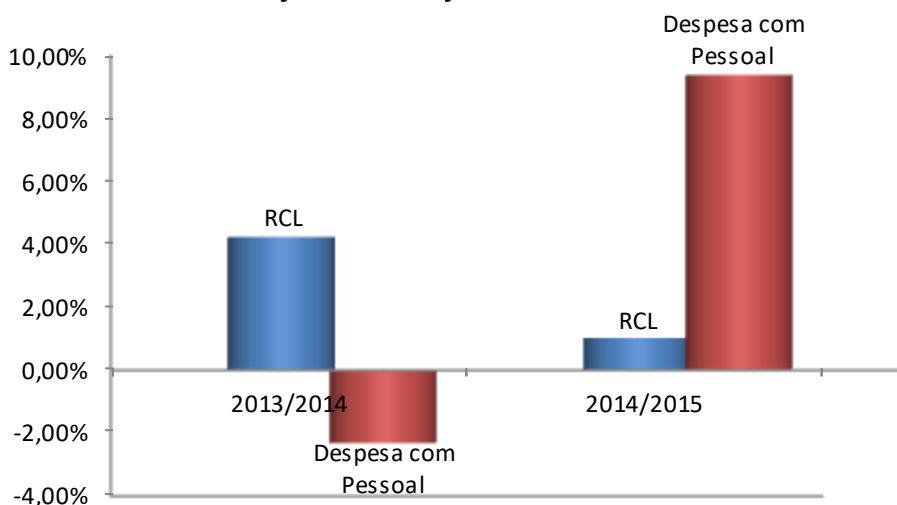
A fim de verificar a evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida – RCL, tendo em vista que o limite de gastos com pessoal é apurado em razão da RCL arrecadada no período, demonstra-se a seguir a variação das mesmas em relação aos exercícios anteriores.

DESEMPENHO – RCL X DP

Descrição	RCL	Despesa com pessoal
Variação do exercício de 2014 em relação a 2013	4,23%	-2,31%
Variação do exercício de 2015 em relação a 2014	1,02%	9,39%

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 – processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, e quadros anteriores.

VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR



Conforme se observa, as despesas com pessoal registraram um crescimento percentual superior ao verificado na Receita Corrente Líquida – RCL.

Tal fato indica que o município deve atentar para um maior controle dos gastos com pessoal, uma vez que já atingiu o limite prudencial estabelecido na LRF, e o quadro vigente aponta para um considerável risco de descumprimento do limite máximo legal.

Assim, será sugerido recomendação ao chefe do Poder Executivo para que adote as medidas necessárias à contenção e redução das despesas com

peçoal, visto que o município já se encontra sob as vedações previstas no parágrafo único do artigo 22 da LRF.

Cabe ressaltar que a verificação dos limites dos gastos com agentes políticos será efetuada quando da análise das prestações de contas dos ordenadores de despesa.

4) DESPESAS COM EDUCAÇÃO

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que os municípios devem aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e transferências de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A Emenda Constitucional n.º 53/06 e a Lei Federal n.º 11.494/07 criaram e regulamentaram o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que substituiu o Fundef a partir do exercício de 2007.

De acordo com o artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Destaca-se a seguir alguns aspectos importantes que deverão ser observados quando da apuração para o atendimento ao limite com educação:

- a) a Lei Federal n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – estabelece em seus artigos 70 e 71, respectivamente, as despesas que podem e que não podem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, donde conclui-se que somente devem ser computadas aquelas que, de alguma forma, contribuam para o seu aprimoramento;
- b) as despesas com alimentação custeadas pelo município com recursos próprios serão consideradas para fins de apuração do

limite com educação, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 261.276-8/01;

- c) as despesas com educação realizadas em funções e/ou subfunções atípicas somente serão acolhidas como despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino quando demonstrarem, inequivocamente, que estes gastos fazem parte do conjunto de dispêndios que corroboram para a atividade escolar regular e, sobretudo, para a manutenção do aluno em sala de aula;
- d) as despesas que podem ser custeadas com os recursos do Fundeb são as efetuadas nas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica dentro do âmbito de atuação prioritária do município, educação infantil e ensino fundamental, conforme estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal;
- e) em relação aos recursos do Fundeb, estão vedadas despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segundo o estabelecido no artigo 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, e sua utilização como garantia ou contrapartida de operações de crédito que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, de acordo com o artigo 23 da Lei Federal n.º 11.494/07;
- f) serão expurgados os empenhos registrados na função 12, vinculados ao ensino fundamental e infantil, que por meio do relatório das despesas com educação, extraído do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis, indiquem que seu objeto não é relativo à educação, de acordo com a Lei Federal n.º 9.394/96, ou que mesmo tendo por objeto gastos com educação não se refiram ao exercício financeiro da presente prestação de contas, como, por exemplo, despesas de exercícios anteriores;

- g) as despesas com aquisição de uniformes e afins custeadas pelo município serão consideradas na base de cálculo da manutenção e desenvolvimento do ensino para fins de apuração dos limites legais, como decidido pelo Plenário desta Corte de contas nos autos dos processos TCE-RJ n.ºs 205.035-1/11, 205.057-9/11 e 204.033-6/11.

Preliminarmente à análise dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, registra-se que a metodologia empregada pela Secretaria do Tesouro Nacional, explicitada no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, no que concerne aos referidos gastos, não considera as despesas com inativos e pensionistas no cômputo do limite constitucional.

Tal entendimento decorre da interpretação do artigo 70 da Lei Federal n.º 9.394/96, o qual dispõe, entre outros aspectos, que as despesas com remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação são consideradas na apuração do limite mínimo para gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino, por serem as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

Argumenta-se, ainda, que a Constituição Federal distingue os termos remuneração, provento e pensão, aplicando o termo remuneração para os servidores ativos, provento para os inativos e pensão para os pensionistas, nos seus artigos 37, inciso XI e 40, §2º.

Art. 37.

...

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de

*mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os **proventos, pensões...***

“Art. 40.

...

*§2º Os **proventos** de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referências para a concessão da pensão. (grifo nosso)*

Nesse sentido, devem ser consideradas apenas as despesas referentes aos profissionais da educação que estejam no efetivo exercício de cargo, emprego ou função, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimentos: remuneração, proventos e pensões.

No entanto, esta Corte de Contas vem realizando análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos da Educação, quando estas estão, especificamente, sendo custeadas com recursos do Tesouro Municipal.

Assim, em face das atuais regras para a verificação do cumprimento do limite mínimo para gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino que vêm sendo aplicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, entende-se necessária a alteração da metodologia atualmente utilizada por esta Corte de Contas no exame das respectivas despesas, de modo a adequar as análises a estes conceitos.

Neste sentido, será sugerido ao final desta instrução que o Plenário desta Corte promova Comunicação aos jurisdicionados informando a alteração da metodologia de cálculo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, que deixará de considerar no cálculo do limite mínimo constitucional as despesas com inativos a partir do exercício de 2018, permitindo assim, ao município, adequar seus gastos à nova metodologia de cálculo, de forma a não prejudicar os orçamentos já devidamente planejados.

Apresenta-se, a seguir, o cálculo do percentual dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino efetuados com recursos de impostos e transferências de impostos, bem como os realizados com recursos do Fundeb, conforme valores registrados, por função e subfunção, nos demonstrativos contábeis do município.

4.1) DA VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 70 E 71 DA LEI N.º 9.394/96

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, serão utilizados os dados encaminhados pelo município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis.

Observa-se que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis encontra-se consoante ao valor registrado contabilmente na função 12 – educação, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	16.773.796,05
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	16.773.796,05
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 151/154 e planilha Sigfis de fls. 850/858.

A verificação da adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96 foi efetuada por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 96,47% do valor total das despesas com educação empenhadas com recursos próprios e Fundeb registradas no banco de dados fornecido pelo próprio município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta às fls. 850/858 do presente processo.

Registra-se que nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da educação. Importante ressaltar que estas despesas não são legitimadas por esta análise, podendo a qualquer momento este Tribunal verificar a legalidade das mesmas.

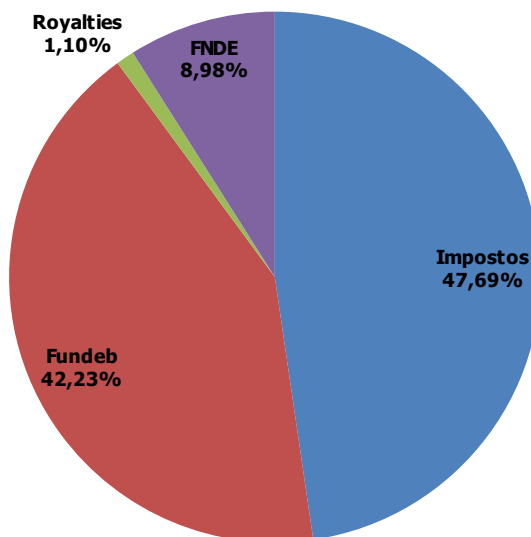
4.2) DO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO

No exercício de 2015, o município aplicou recursos na educação no total de R\$16.773.796,05. A seguir, demonstra-se o montante das despesas realizadas discriminadas por fonte de recurso:

DEMONSTRATIVO DO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNÇÃO 12						
Subfunção	Fonte de recursos - R\$					Total R\$
	Impostos	Fundeb	Royalties	FNDE	Demais fontes	
361 - Ensino Fundamental	6.458.744,11	6.644.759,25	0,00	1.389.497,59	0,00	14.493.000,95
362 - Ensino Médio	228.731,16	0,00	80.858,80	0,00	0,00	309.589,96
363 - Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
364 - Ensino Superior	108.736,95	0,00	103.943,58	0,00	0,00	212.680,53
365 - Educação Infantil	842.809,32	439.418,10	0,00	116.360,44	0,00	1.398.587,86
366 - Educação de Jovens e Adultos	37.828,95	0,00	0,00	0,00	0,00	37.828,95
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122 - Administração Geral	322.107,80	0,00	0,00	0,00	0,00	322.107,80
306 - Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.998.958,29	7.084.177,35	184.802,38	1.505.858,03	0,00	16.773.796,05
Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	0,00				0,00
Exclusão do Sigfis	0,00	0,00				0,00
Total ajustado	7.998.958,29	7.084.177,35	184.802,38	1.505.858,03	0,00	16.773.796,05
Percentual Aplicado por Fonte de Recurso em Relação às Despesas	47,69%	42,23%	1,10%	8,98%	0,00%	100,00%

Fonte: Anexo 8 da Lei nº 4.320/64 – fls. 151/154, ou Demonstrativos Contábeis – fls. 785/802, e declaração de cancelamentos de RP, fl. 803.

Nota: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, o mesmo não será excluído do total das despesas com educação, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios.



Considerando o número de alunos matriculados na rede pública municipal no exercício de 2015, o valor gasto por aluno totalizou R\$7.589,88, conforme demonstrado:

GASTO COM EDUCAÇÃO POR Nº DE ALUNOS MATRICULADOS		
Nº de alunos (A)	Valor - R\$ (B)	Despesa por aluno - R\$ (C) = (B/A)
2.182	16.561.115,52	7.589,88

Fonte: INEP, fls. 843.

Nota: foram deduzidos os gastos com ensino superior no valor de R\$212.680,53, tendo vista não compor a base do número de alunos matriculados.

Em relação aos demais municípios e com base na despesa com educação realizada em 2014 (última base de dados completa e disponível), verifica-se que o município ficou acima da média de gastos dos 91 municípios fluminenses (exceto a Capital):

DESPESA COM EDUCAÇÃO POR Nº DE ALUNOS EM 2014

Valor gasto pelo município R\$	Média de gastos dos 91 Municípios R\$	Posição em relação aos gastos dos 91 municípios	Maior gasto efetuado em educação R\$	Menor gasto efetuado em educação R\$
7.386,35	6.492,27	22ª	12.546,90	4.251,83

Fonte: Ministério da Educação e Cultura e banco de dados da CGM.

4.3) DO CÁLCULO DO LIMITE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

De acordo com o previsto no artigo 212 da Constituição Federal, os municípios aplicarão, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das receitas resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A seguir, apresenta-se o cálculo do percentual aplicado pelo município para fins de análise do cumprimento do limite estabelecido pela Constituição Federal.

4.3.1) DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA

O quadro a seguir demonstra os valores das receitas de impostos e transferências de impostos recebidas pelo município no exercício de 2015 e que, de acordo com o previsto no artigo 212 da Constituição Federal, serão utilizadas na base de cálculo do limite das despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS LEGAIS			
Descrição	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receita arrecadada
I - Diretamente arrecadados	6.736.001,00	6.736.001,00	6.070.969,85
IPTU	420.000,00	420.000,00	280.613,63
ITBI	275.000,00	275.000,00	299.349,87
ISS	4.550.000,00	4.550.000,00	4.137.975,57
IRRF	890.000,00	890.000,00	1.244.720,76
ITR - Diretamente arrecadado	0,00	0,00	0,00
Multas, juros de mora e outros encargos dos impostos	130.500,00	130.500,00	3.682,31
Dívida ativa dos impostos	260.000,00	260.000,00	53.853,03
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos	210.501,00	210.501,00	50.774,68
II - Receita de transferência da União	12.758.881,00	12.758.881,00	12.668.183,89
FPM (alíneas b, d)	12.412.881,00	12.412.881,00	12.450.235,56
ITR	6.000,00	6.000,00	83.232,24
IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
ICMS desoneração - LC 87/96	340.000,00	340.000,00	134.716,09
III - Receita de transferência do Estado	44.221.331,00	44.221.331,00	37.713.675,64
IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	1.059.682,69
ICMS + ICMS ecológico	41.621.331,00	41.621.331,00	35.885.182,59
IPI - Exportação	1.500.000,00	1.500.000,00	768.810,36
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0,00	0,00	128.550,21
Multa e juros de mora de transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	128.550,21
Multa e juros de mora da dívida ativa das transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	0,00
V - Dedução das contas de receitas	0,00	0,00	0,00
Valor total das deduções das receitas de impostos e transferências anteriormente registradas (exceto as deduções para o Fundeb)	0,00	0,00	0,00
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	63.716.213,00	63.716.213,00	56.581.379,59

Fonte: previsão inicial e atualizada - base de dados do Sigfis 6º bimestre (fls. 869/869v) e receita arrecadada - Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 (fls.155/160).

As receitas resultantes dos impostos e transferências legais demonstradas nesta prestação de contas (R\$56.581.379,59) não se coadunam com as receitas consignadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2015 (R\$56.452.829,60), evidenciando uma diferença de R\$128.549,99, valor este impactado pelas multas e juros de mora de ICMS e IPVA (R\$128.550,21), consideradas na apuração acima, mas não consideradas no Anexo 08 do RREO do 6º bimestre de 2015.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 4.**

4.3.2) DAS DESPESAS REALIZADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme disposto no artigo 211 da Constituição Federal, os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e infantil. Neste sentido, foram apurados os valores aplicados pelo município nessas modalidades, compreendidas também as demais relacionadas à educação fundamental e infantil.

Cumpre ainda registrar que as despesas apuradas são aquelas que estão de acordo com as previstas no artigo 70 da Lei Federal n.º 9.394/96.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EDUCAÇÃO BÁSICA

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidades de Ensino	Subfunção	Valor - R\$
Ensino fundamental	361 - Ensino fundamental (A)	6.458.744,11
Educação infantil	365 - Ensino infantil (B)	842.809,32
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	0,00
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	0,00
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 - Administração (E)	322.107,80
	306 - Alimentação (F)	0,00
	Demais subfunções (G)	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(H)	
(I) Total das despesas com ensino (A + B + C + D + E + F + G + H)		7.623.661,23
(J) Valor repassado ao Fundeb		9.950.114,13
(K) Total das despesas registradas como gasto em educação (I + J)		17.573.775,36
(L) Dedução do Sigfis/BO		0,00
(M) Dedução de restos a pagar dos exercícios anteriores		0,00
(N) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (K - L - M)		17.573.775,36
(O) Receita resultante de impostos		56.581.379,59
(P) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (N/Ox100)		31,06%

Fonte: quadros às fls. 449, demonstrativos contábeis às fls. 453/461.

Desta forma, constata-se que o município **cumpriu** o limite estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, assim como no artigo 266 da Lei Orgânica Municipal de Cantagalo¹, tendo aplicado 31,06% destes recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O município encaminhou as informações sobre os gastos com educação indicando como recursos utilizados a fonte ordinários. No entanto, entende-se que o município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com educação para fins de limite constitucional apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte ordinários pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 5**.

Conforme se verifica nos demonstrativos contábeis apresentados, o município aplica recursos em Ensino Médio (subfunção 362). Destaca-se que não foi possível aferir se as despesas com educação de jovens e adultos correspondem à educação básica, motivo pelo qual não foram incluídas na base de cálculo do limite da Educação apresentado no quadro anterior.

4.4) DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

A Educação básica tem seu resultado monitorado por meio do indicador de desempenho denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, que, além de informar o desempenho médio da Educação nacional, permite a todo ente federado avaliar o desempenho de sua rede escolar.

O Ideb foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o

¹ Art. 266 – Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento exclusivo do ensino público municipal.

Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb - para as unidades da federação e para o país, e a PROVA BRASIL – para os municípios.

No que concerne ao desempenho em face do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, relativo ao exercício de 2013, o município obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO IDEB - 2013							
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
5,1	4,5	113%	30ª	4,0	5,0	80%	29%

Fonte: Ministério da Educação e Cultura e banco de dados da CGM.

4.5) FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi instituído pela Lei Federal n.º 11.494, de 20/07/2007. O fundo, de natureza contábil, é formado pela contribuição de recursos do estado e municípios e, complementarmente pela União, quando necessário.

No caso específico dos municípios, a contribuição, compulsória, é formada pela dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências do FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR.

4.5.1) DA DETERMINAÇÃO PLENÁRIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 PARA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

O Plenário desta Corte, em sessão realizada em 24/09/2015, relativa à prestação de contas de governo do exercício de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15, decidiu pela seguinte determinação:

DETERMINAÇÃO N.º 05

Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$157.308,00, à conta do FUNDEB, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

Em análise efetuada nas contas do Fundeb, verifica-se que o ressarcimento financeiro determinado pelo Plenário **foi efetuado** pelo município em 17/04/2015, no valor de R\$157.308,00, conforme demonstra o extrato bancário às fls. 478.

4.5.2) DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

No exercício de 2015, o município registrou como total das receitas do Fundeb o valor de R\$6.860.387,33, correspondente aos recursos repassados acrescido do valor das aplicações financeiras, conforme demonstrado:

RECEITAS DO FUNDEB	
Natureza	Valor - R\$
Transferências multigovernamentais	6.838.028,59
Aplicação financeira	22.358,74
Complementação financeira da União	0,00
Total das Receitas do Fundeb	6.860.387,33

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Verifica-se que o valor registrado pela contabilidade do município como transferências recebidas do Fundeb guarda paridade com o valor informado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme documento de transferências de repasses, anexado às fls. 842.

RECEITAS DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Transferências recebidas contabilizadas pelo município	6.838.028,59
(B) Valor informado pela STN	6.838.028,59
(C) Diferença (A-B)	0,00

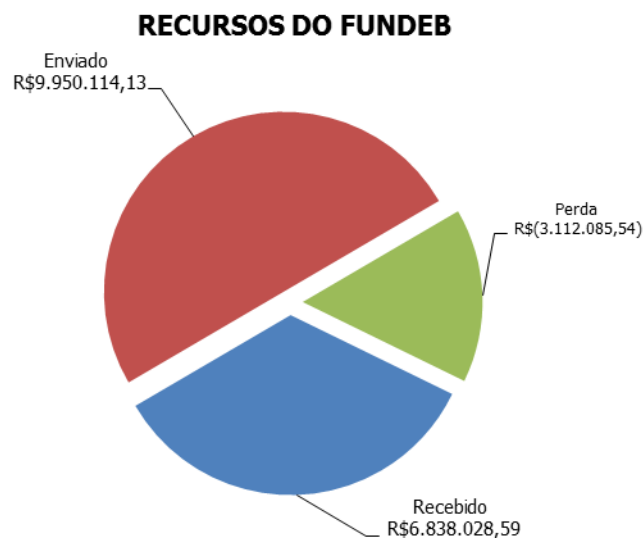
Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, documento STN de fls. 842.

4.5.3) DO RESULTADO ENTRE O RECEBIMENTO E CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEB

Conforme apontado anteriormente, o município recebeu transferências do Fundeb no total de R\$6.838.028,59. Comparando o valor recebido com a contribuição realizada pelo município ao Fundo, ou seja, com o valor transferido decorrente da dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências de impostos: FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR, verifica-se que o município perdeu recursos no total de R\$3.112.085,54, como demonstrado:

RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	
Descrição	R\$
Valor das transferências recebidas do Fundeb	6.838.028,59
Valor da contribuição efetuada pelo município ao Fundeb	9.950.114,13
Diferença (perda de recursos)	-3.112.085,54

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.



4.5.4) DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

4.5.4.1) DO PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Do total dos recursos recebidos do Fundeb, acrescido do resultado das aplicações financeiras, o município deve aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, no caso, dos profissionais que atuam no ensino fundamental e infantil, conforme determina o artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07.

O quadro a seguir demonstra o resultado alcançado pelo município no exercício de 2015:

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	6.737.200,00
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	0,00
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	0,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	6.737.200,00
(E) Recursos recebidos do Fundeb	6.838.028,59
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	22.358,74
(G) Complementação de recurso da União	0,00
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	6.860.387,33
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - artigo 22 da Lei 11.494/07) (D/H)x100	98,20%

Fonte: demonstrativo contábil de fls. 466/468.

Conforme se observa, o município **cumpriu** o limite estabelecido no artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, tendo aplicado 98,20% destes recursos no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério.

4.5.4.2) DA APLICAÇÃO MÍNIMA DE 95% DOS RECURSOS

A Lei Federal n.º 11.494/07 (Lei do Fundeb) estabelece, no seu artigo 21, que os recursos do Fundeb serão utilizados pelo município, no exercício financeiro

em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Nota-se que, a princípio, deve o município aplicar todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu §2º, que até 5% (cinco por cento) desses recursos sejam utilizados no 1º trimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

Tal flexibilização da regra ocorre pelo fato de ser verificado, ao final do ano, o recebimento de créditos oriundos do Fundeb, cuja aplicação fica prejudicada em função da proximidade do encerramento do exercício.

Assim, será realizada a avaliação do cumprimento da citada lei federal, no que concerne à aplicação do *superavit* financeiro porventura existente no exercício anterior, bem como da exigência de aplicação mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos recebidos do Fundeb no exercício de 2015.

4.5.4.2.1) DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2014)

Como mencionado anteriormente, a Lei Federal n.º 11.494/07 permite a aplicação de até 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundeb no 1º trimestre do exercício seguinte, por meio da abertura de créditos adicionais.

A fonte de recurso a ser utilizada, portanto, para a abertura do referido crédito adicional, deve ser o *superavit* financeiro verificado ao final do exercício anterior, uma vez que sem o recurso financeiro não se poderia efetuar a abertura do crédito.

Com base nas informações presentes na prestação de contas de governo do exercício anterior (Proc. TCE-RJ n.º 214.024-5/15) verifica-se que a conta Fundeb registrou ao final do exercício de 2014 um *deficit* financeiro de R\$157.308,00, de acordo com o Balancete encaminhado pela Prefeitura naquele processo.

A existência de *deficit* financeiro no exercício anterior indica que o município empenhou despesas em exercícios anteriores em montante superior aos recursos recebidos.

Dessa forma, não há ajuste a ser realizado na movimentação do Fundeb no exercício de 2015, uma vez que não ocorreu *superavit* financeiro no exercício de 2014.

4.5.4.2.2) DO CÁLCULO DA APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL

No quadro, a seguir, demonstra-se o valor total das despesas empenhadas no exercício de 2015 com recursos do Fundeb, em face do que dispõe o artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício			6.838.028,59
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb			22.358,74
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)			6.860.387,33
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício		7.084.177,35	
(E) <i>Superavit</i> financeiro do Fundeb no exercício anterior		0,00	
(F) Despesas não consideradas		14.000,03	
i. Exercício anterior	0,00		
ii. Desvio de finalidade	0,00		
iii. Outras despesas	14.000,03		
(G) <i>Deficit</i> financeiro do Fundeb no exercício		209.789,99	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores		0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G - H)			6.860.387,33
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)			100,00%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 155/160, demonstrativo às fls. 466/468, cancelamento de RP, fls. 525.

Nota 1 (item F.iii - Outras despesas): Referem-se a despesas empenhadas acima do valor total das receitas do Fundeb e custeadas com recursos próprios.

Nota 2 (item G): registra-se que as despesas empenhadas à conta do Fundeb sem a respectiva disponibilidade de recursos do fundo (*deficit* financeiro), no valor de R\$209.789,99, foram excluídas da base de cálculo do limite mínimo de aplicação de 95% (noventa e cinco por cento) exigido pelo § 2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, uma vez que tais despesas, empenhadas sem recursos do Fundeb, serão honradas somente no exercício seguinte à conta de outros recursos.

Nota 3: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores (R\$14.000,00), o mesmo não será excluído do total das despesas consideradas como gastos do Fundeb, tendo em vista que o montante cancelado

não impactaria o cálculo do limite, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite naqueles exercícios.

Como se observa, o município utilizou, neste exercício, 100,00% dos recursos do Fundeb de 2015, em observância ao §2º do artigo 21 da Lei n.º 11.494/07, que estabelece que os recursos deste Fundo serão utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, podendo ser utilizado no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, até 5% destes recursos.

4.5.4.2.3) DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB EM 2015

A movimentação financeira dos recursos do Fundeb e o saldo financeiro existente para o exercício seguinte podem ser demonstrados da seguinte forma:

FUNDEB		
Movimentação financeira		Valor - R\$
I	Saldo financeiro contábil do exercício anterior (31/12/2014)	80.485,23
Entradas		
II	Recursos recebidos do Fundeb	6.838.028,59
III	Receitas de aplicações financeiras	22.358,74
IV	Créditos referentes a consignações	0,00
V	Outros créditos	157.308,00
VI	Total dos recursos financeiros (I+II+III+IV+V)	7.098.180,56
Saídas		
VII	Despesa orçamentária paga exclusivamente com recursos do Fundeb	6.932.122,06
VIII	Restos a pagar pagos exclusivamente com recursos do Fundeb	109.203,56
IX	Consignações pagas exclusivamente com recursos do Fundeb	0,00
X	Outros débitos	0,00
XI	Total de despesas pagas (VII+VIII+IX+X)	7.041.325,62
XII	Saldo financeiro apurado (VI-XI)	56.854,94
XIII	Saldo financeiro contábil registrado em 31/12/2015	56.854,97
XIV	Diferença apurada (XII-XIII)	-0,03

Fonte: quadro às fls. 520, Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160, conciliações bancárias às fls. 470/473 e demonstrativos contábeis, às fls. 521/524.

Nota: outros créditos referem-se a ressarcimento financeiro determinado pelo Plenário nas Contas de Governo de 2014 (processo TCE-RJ nº 214.024-5/15), efetuado pelo município em 17/04/2015, conforme demonstra o extrato bancário à fl. 478.

4.5.4.2.4) RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2016)

Considerando que o resultado financeiro para o exercício seguinte, verificado em 31/12/2015, pode não representar exatamente a simples sobra entre receitas recebidas e despesas empenhadas, uma vez que outras movimentações porventura realizadas podem impactá-lo ao final do exercício, como ressarcimento financeiro creditado na conta do Fundeb, cancelamentos de passivos, etc., será demonstrada, a seguir, a análise do resultado financeiro para o exercício de 2016:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2016	
Descrição	Valor - R\$
Deficit financeiro em 31/12/2014	-157.308,00
(+) Receita do Fundeb recebida em 2015	6.838.028,59
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2015	22.358,74
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2015	157.308,00
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2015	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2015	14.000,00
= Total de recursos financeiros em 2015	6.874.387,33
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2015	7.084.177,35
= Deficit Financeiro em 31/12/2015	-209.790,02

Fonte: prestação de contas de governo de 2014 (processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15), Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160, relação de cancelamentos de passivos – fls. 525.

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de 2016 apurado no quadro anterior encontra-se consoante ao valor registrado pelo município no Balancete de fls. 465, no valor de R\$209.789,99.

Como se observa, foi apurado um *deficit* financeiro no montante de R\$209.790,02, devendo esse valor ser ressarcido à conta do Fundeb para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 6. e da Comunicação** ao chefe do Poder Executivo.

Cabe ainda destacar que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (fls. 778/780) sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu por aprovação das Contas, conforme previsto no artigo 24 da Lei n.º 11.494/07.

Oportunamente, observa-se que o cadastro do Conselho do Fundeb consta como regular junto ao Ministério da Educação – MEC, conforme consulta efetuada ao *site* daquele órgão (fls. 844/845).

5) DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Em atendimento ao §3º, artigo 198 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, foi editada a Lei Complementar n.º 141, em 13 de janeiro de 2012, dispondo sobre valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Segundo a referida Lei Complementar, serão consideradas, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no artigo 7º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Já o artigo 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos, enquanto o artigo 4º estabelece aquelas que não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Cabe registrar, ainda, que a Lei Complementar prevê em seu artigo 39, a criação do Módulo de Controle Externo no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde – MCE/SIOPS, gerido pelo Ministério da Saúde, no qual os Tribunais de Contas deverão registrar as informações sobre a

aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde considerados para fins de emissão de parecer prévio.

No que concerne à apuração do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, segundo o artigo 24 da lei, deverão ser consideradas:

- I – as despesas liquidadas e pagas no exercício; e
- II – as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.

Destaca-se que a Lei Complementar não menciona as despesas liquidadas não pagas. Não obstante, essas despesas devem compor o cálculo do limite mínimo constitucional, visto ser este o critério utilizado pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS criado pelo Ministério da Saúde, bem como ser esta a metodologia aplicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme estabelece a Portaria n.º 553/14, que aprovou o Manual de Demonstrativos Fiscais, o qual assim dispõe:

Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde serão consideradas as despesas:

- I – pagas;
- II – liquidadas e inscritas em Restos a Pagar; e
- III – empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade de caixa do exercício.

Importa ainda ressaltar que nessa fase da despesa os bens e os serviços públicos de saúde já foram devidamente entregues e colocados à disposição da sociedade. Assim, como já mencionado, serão considerados em nossa análise o total das despesas liquidadas e, ainda, os restos a pagar não processados (despesa não liquidada), que possuam disponibilidades de caixa

de impostos e transferências de impostos.

Isto posto, demonstra-se, a seguir, a análise do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços de saúde, observando o novo regramento trazido pela Lei Complementar n.º 141/12.

5.1) DA VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 141/12

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12, serão considerados os dados encaminhados pelo município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis.

Observa-se que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis encontra-se consoante ao valor registrado contabilmente na função 10 – Saúde, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	22.313.405,39
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	22.313.405,39
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 151/154 e planilha Sigfis de fls. 859/868.

A verificação da adequação das despesas aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12 foi efetuada por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 93,93% do valor total das despesas com saúde empenhadas com recursos próprios registradas no banco de dados fornecido

pelo próprio município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta às fls. 859/868 do presente processo.

Registra-se que nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da saúde.

Importante ressaltar que estas despesas não são legitimadas por esta análise, podendo a qualquer momento este Tribunal verificar a legalidade das mesmas.

5.2) DAS RECEITAS E DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

5.2.1) DAS RECEITAS

Os quadros a seguir demonstram a base de cálculo das receitas para fins de apuração do limite das despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde, prevista no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12, adotando como parâmetro o quadro da educação com os devidos ajustes, bem como evidencia as receitas adicionais para o financiamento da saúde pelo município:

Receitas para apuração da aplicação em ASPS (Impostos e transferência de impostos)	Receita arrecadada R\$
(A) Receitas de impostos e transferências	56.581.379,59
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	656.720,05
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A - B - C)	55.924.659,54

Fonte: quadro das receitas resultantes de impostos e transferências legais – item 4.3.1. da base de cálculo da receita; documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro de 2015, fls. 840/841.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2015 e 09/12/2015. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, §2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Receitas adicionais para financiamento da saúde	Previsão inicial R\$	Previsão atualizada R\$	Receita arrecadada R\$
(E) Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS	6.072.100,00	6.072.100,00	7.026.464,22
Provenientes da União	6.012.100,00	6.012.100,00	6.625.649,80
Provenientes dos Estados	60.000,00	60.000,00	160.739,90
Provenientes de outros Municípios	0,00	0,00	0,00
Outras receitas do SUS	0,00	0,00	240.074,52
(F) Transferências voluntárias	0,00	0,00	0,00
(G) Receitas de operações de crédito vinculadas à saúde	0,00	0,00	0,00
(H) Outras receitas para financiamento da saúde	0,00	0,00	41.790,29
(I) Total das receitas adicionais para financiamento da saúde (E+F+G+H)	6.072.100,00	6.072.100,00	7.068.254,51

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, às fls. 155/160; Anexo 10 do FMS da Lei Federal n.º 4.320/64 (fls. 279/280), previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2015, fls. 869/869v.

Nota1 – Linha E: outras receitas dos SUS, conforme quadro a seguir:

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados – Fundo de Saúde	240.074,52
Total	240.074,52

Nota 2 – Linha H: outras receitas para financiamento da saúde:

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de outros depósitos de recursos não-vinculados	8.010,39
Restituições	14.979,90
Receitas diversas	18.800,00
Total	41.790,29

5.2.2) DAS DESPESAS

A seguir registra-se o total das despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde detalhadas por grupo de natureza de despesas e as

respectivas deduções, indicando, dessa forma, o total gasto pelo município na saúde e o total considerado para fins de limite:

Descrição	Valor - R\$			
Despesas gerais com saúde	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(A) Despesas correntes	21.288.448,00	22.746.328,00	20.513.279,39	661.542,84
Pessoal e Encargos Sociais	10.439.000,00	11.474.000,00	11.194.429,96	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.849.448,00	11.272.328,00	9.318.849,43	661.542,84
(B) Despesas de capital	1.900.000,00	1.438.319,60	574.870,51	563.712,65
Investimentos	1.900.000,00	1.438.319,60	574.870,51	563.712,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
(C) Total (A+B)	23.188.448,00	24.184.647,60	21.088.149,90	1.225.255,49
(D) Total das despesas com saúde			22.313.405,39	

Despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas Liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(E) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(F) Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal	0,00	0,00	0,00	0,00
(G) Despesas custeadas com outros recursos	6.137.248,00	8.412.321,60	7.022.781,74	846.020,57
Recursos de transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.087.100,00	8.407.173,60	6.831.622,64	347.488,59
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	50.148,00	5.148,00	191.159,10	498.531,98
(H) Outras ações e serviços não computados	0,00	0,00	0,00	0,00
(I) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	NA	NA	379.234,92
(J) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, com disponibilidade de caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
(K) Total (E+F+G+H+I+J)	6.137.248,00	8.412.321,60	7.022.781,74	1.225.255,49
(L) Total das despesas com saúde não computadas			8.248.037,23	

(M) Despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite (C-K)	17.051.200,00	15.772.326,00	14.065.368,16	0,00
(N) Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite			14.065.368,16	

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 151/154, Quadro E.1 – fls. 527, Quadro E.2 - fls. 528, balancete – fls. 544, demonstrativos contábeis – fls. 529/543; previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2015, fls. 869/869v.

Nota 1: o município inscreveu o montante de R\$379.234,92 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade, depois de deduzidas as outras obrigações, conforme balancete de fls. 544. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

O município encaminhou as informações sobre os gastos com saúde indicando como recursos utilizados a fonte ordinários. No entanto, entende-se que o município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com saúde para fins de limite constitucional, apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte ordinários, pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos.

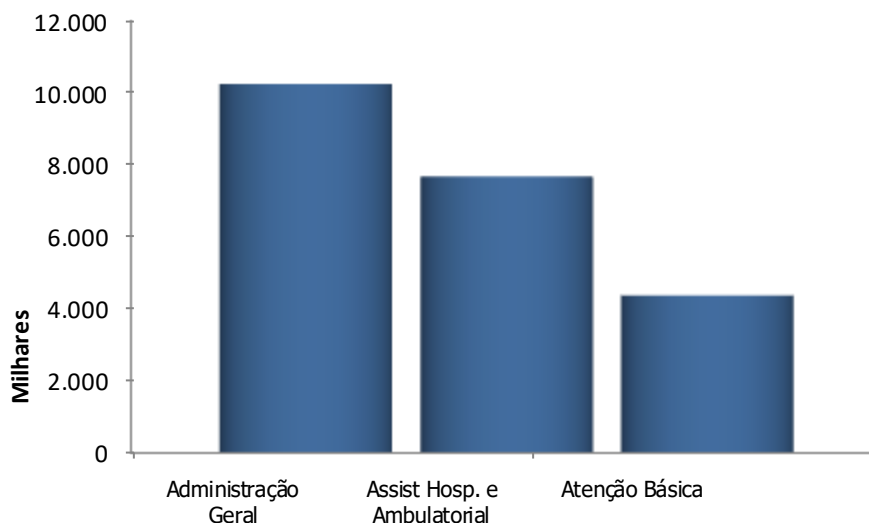
Este fato será considerado junto à **Ressalva** do item 4.3.2. desta instrução.

5.3) DO TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS NA ÁREA DE SAÚDE POR SUBFUNÇÃO

De acordo com o evidenciado nos demonstrativos, o município efetuou gastos na área de saúde no total de R\$22.313.405,39, conforme demonstra a distribuição por subfunção apresentada no quadro e gráfico a seguir:

DESPESAS COM SAÚDE		
Subfunção	Valor - R\$	% em relação ao total
Administração Geral	10.252.880,11	45,95%
Assist Hosp. e Ambulatorial	7.679.361,00	34,42%
Atenção Básica	4.381.164,28	19,63%
TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE	22.313.405,39	100,00%

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 151/154.



Observa-se que o gestor aplicou a maior parte dos recursos na subfunção Administração Geral, o que representou 45,95% das despesas em ações e serviços públicos de saúde do município.

5.4) DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DAS DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

De acordo com o previsto no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12, os municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam o artigo 158 e a alínea “b” do inciso I do *caput* e o §3º do artigo 159, todos da Constituição Federal.

Isto posto, será evidenciada a situação do município com relação aos gastos com saúde para fins do cálculo do limite constitucional:

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	56.581.379,59
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	656.720,05
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	55.924.659,54
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	14.065.368,16
(F) Restos a pagar não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F+G)	14.065.368,16
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	25,15%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160, Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 151/154, Quadro E.1 – fl. 527, Quadro E.2 – fl. 528, balancete de fls. 544, documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro – fls. 840/841 e cancelamento de RP – fls. 804/805.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2015 e 09/12/2015. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, §2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Nota 2: o município inscreveu o montante de R\$379.234,92 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade, depois de deduzidas as outras obrigações, conforme balancete de fls. 544. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

Da análise do quadro, verifica-se que o montante gasto com saúde no exercício de 2015, representou 25,15% das receitas de impostos e transferências de impostos, **cumprindo**, portanto, o previsto no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12.

Vale ressaltar que a Lei Orgânica Municipal não prevê limite mínimo para gastos com saúde.

Observa-se que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde foram geridos diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde, totalizando R\$22.313.405,39, conforme Anexos 8 da Lei Federal n.º 4.320/64 Consolidado e do FMS (fls. 152 e 277), uma vez que o município repassou a integralidade dos recursos de saúde para o referido fundo, **cumprindo**, assim, o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar n.º 141/12.

O Conselho Municipal de Saúde, através do parecer acostado às fls. 580/581, opinou favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c §1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no §5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12, realizou audiência pública nos períodos de maio/2015 e setembro/2015. Cabe ressaltar que a audiência pública referente ao 3º quadrimestre de 2014, que deveria ocorrer em fevereiro/2015, foi realizada em 30/01/2015. As respectivas atas encontram-se acostadas às fls. 571/579.

6) REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO

Conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal, incluído no texto constitucional pela Emenda n.º 25/00, o repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, para custear as despesas do Poder Legislativo, não poderá ultrapassar os limites definidos no *caput* do citado artigo, bem como não poderá ser inferior à proporção fixada na Lei Orçamentária. Tais determinações encontram-se dispostas nos incisos I e III do §2º do artigo 29-A.

Neste sentido, será feita a seguir a análise dessas normas constitucionais com vistas à verificação da observação ou não desses dispositivos. Contudo, preliminarmente, destaca-se que a Emenda Constitucional n.º 58/09 alterou o limite da base de cálculo do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo, definindo novos percentuais a serem observados, como segue:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I – 7% (sete por cento) para municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 6% (seis por cento) para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III – 5% (cinco por cento) para municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV – 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V – 4% (quatro por cento) para municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

(...)

§2º Constitui crime de responsabilidade do prefeito Municipal:

I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo:

II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

Assim, considerando os critérios estabelecidos pela Emenda n.º 58/09, verifica-se que o total do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo ao Legislativo, no exercício de 2015, não poderá ultrapassar o percentual de 7% sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Tal limite observa o número de habitantes do município em tela, que, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e encaminhados para o Tribunal de Contas da União para o cálculo das quotas do FPM na forma do inciso VI, artigo 1º c/c o artigo 102 da Lei Federal n.º 8.443/92, no exercício de 2014 foi de 19.792 habitantes.

Registra-se que a população utilizada para o cálculo das quotas do FPM para o exercício de 2015 e conseqüentemente para o limite previsto no artigo 29-A da CF consta do Anexo IX da Decisão Normativa n.º 141/2014 – TCU.

LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2014	VALOR (R\$)
(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 - IPTU	261.648,83
1112.04.00 - IRRF	1.117.781,48
1112.08.00 - ITBI	395.908,24
1113.05.00 - ISS	4.404.567,07
ISS - SIMPLES NACIONAL (SNA)	0,00
1120.00.00 - TAXAS	397.958,51
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.447,98
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP - classificado na rubrica	502.976,45
1220.29.00	
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc)	0,00
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	573.809,69
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	78.980,31
1931.00.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	214.383,17
SUBTOTAL (A)	8.028.461,73
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 - FPM	11.744.620,52
1721.01.05 - ITR	64.194,10
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	113.748,58
1722.01.01 - ICMS	34.538.986,52
ICMS Ecológico	0,00
Multas e Juros de Mora do ICMS - classificado na rubrica 1911.99.01.001	183.504,53
1722.01.02 - IPVA	915.494,87
Multas e Juros de Mora do IPVA - classificado na rubrica 1911.99.01.002	39.699,98
1722.01.04 - IPI - Exportação	1.064.627,90
1722.01.13 - CIDE	4.918,57
SUBTOTAL (B)	48.669.795,57
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	56.698.257,30
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	3.968.878,01
(G) GASTOS COM INATIVOS	0,00
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2015 (F + G)	3.968.878,01

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício de 2014 – fls. 832/837 e Anexo 02 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 248/250.

**6.1) VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL
(Artigo 29-A, §2º, inciso I)**

Verifica-se, de acordo com o quadro a seguir, que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, §2º, inciso I da Constituição Federal, **foi respeitado**.

R\$		
Limite de repasse permitido art. 29-A (A)	Repasse recebido (B)	Repasse recebido abaixo do limite C = (A – B)
3.968.878,01	3.960.571,32	8.306,69

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara– fls. 259.

**6.2) VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA
CÂMARA (Art. 29-A, §2º, inciso III)**

De acordo com a Lei Orçamentária e com o Balanço Orçamentário da Câmara (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo no exercício de 2015 montava em R\$3.960.571,31.

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, fls. 259, constata-se o repasse em igual montante, tendo sido observado o previsto no orçamento final da Câmara e no inciso III, §2º do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme se demonstra:

R\$	
Orçamento final da câmara	Repasse recebido
3.960.571,31	3.960.571,32

Fonte: Anexo 12 e Balanço Financeiro da Câmara – fls. 257/259.

VII – DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

1) ROYALTIES

O artigo 8º da Lei nº 7.990, de 28.12.89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, veda a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando o pagamento de dívida com a União, bem como a capitalização de fundos de previdência.

A seguir, será apresentada a análise da movimentação dos recursos recebidos a título de *royalties* no exercício de 2015.

1.1) DAS RECEITAS

De acordo com os demonstrativos apresentados, a movimentação dos recursos recebidos dos *royalties* no exercício pode ser resumida da seguinte forma:

RECEITAS DE ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União			5.862.715,17
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		404.801,36	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		5.457.913,81	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	0,00		
Royalties pelo excedente da produção	5.325.677,43		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	132.236,38		
II – Transferência do Estado			1.596.873,44
III – Outras compensações financeiras			0,00
IV - Subtotal			7.459.588,61
V – Aplicações financeiras			16.476,51
VI – Total das receitas (IV + V)			7.476.065,12

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 155/160.

Conforme verificado no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160 e na declaração de fls. 610, não ocorreu arrecadação de receitas oriundas dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, que determina a aplicação desses recursos na educação e saúde.

1.2) DAS DESPESAS

1.2.1) DESPESAS TOTAIS

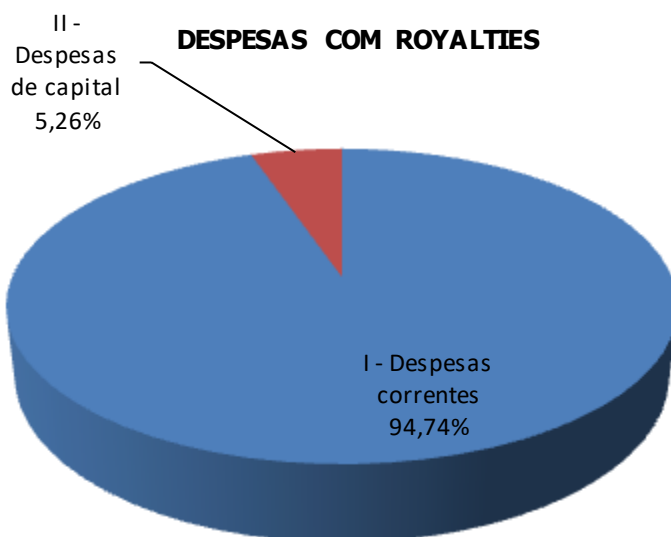
A seguir demonstra-se o quadro de despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes		3.169.888,99
Pessoal e encargos	0,00	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	3.169.888,99	
II - Despesas de capital		175.871,89
Investimentos	175.871,89	
Amortização de dívida	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	
III - Total das despesas (I + II)		3.345.760,88

Fonte: quadro às fls. 585 e demonstrativo contábil às fls. 586/592.

Como demonstrado no gráfico a seguir, o município aplicou 94,74% dos recursos dos *royalties* em despesas correntes e 5,26% em despesas de capital. Assim, verifica-se a preponderância das despesas de custeio sobre os gastos com investimentos.



Da análise das informações constantes dos autos, verifica-se que o município de CANTAGALO não aplicou recursos de *royalties* em pagamento de pessoal e de dívidas não excetuadas pela Lei Federal n.º 7.990/89 alterada pelas Leis Federal n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13.

Conforme informação constante às fls. 611 constata-se que não ocorreram transferências financeiras dos *royalties* para o regime próprio de previdência social.

Embora não tenha sido constatada a realização de despesas de pessoal com recursos dos *royalties* do petróleo, na forma vedada pela legislação vigente, entende-se que a sua utilização deva ser efetuada de forma consciente e responsável, evitando-se o uso inapropriado de tal fonte de recurso.

É sabido que, o petróleo é um recurso natural não renovável, portanto, as receitas auferidas em face do recebimento dos *royalties* decorrentes da exploração desse produto tendem, ao longo do tempo, a se esgotar.

Dessa forma, espera-se que a aplicação dos recursos dos *royalties* esteja direcionada a atividades que possibilitem a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável sem prejuízo, contudo, ao meio ambiente.

Para tanto, torna-se fundamental a realização de investimentos num sistema econômico e social capaz de fomentar ações e programas de governo que atendam a demanda da população local, como, por exemplo, programas de habitação, saneamento, urbanismo, agricultura, capacitação de mão de obra, emprego e renda, respeitando-se, certamente, o perfil de cada município. Em outras palavras, deve-se evitar o comprometimento contínuo de recursos dos *royalties* em despesas correntes, uma vez que estas não geram investimentos diretos e podem comprometer o resultado fiscal do município no futuro.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que as receitas de *royalties* compõem a base de cálculo da receita corrente líquida e, dessa forma, o cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal, dívida

consolidada líquida, operações de crédito pode ficar extremamente comprometido caso ocorra uma diminuição dessas receitas.

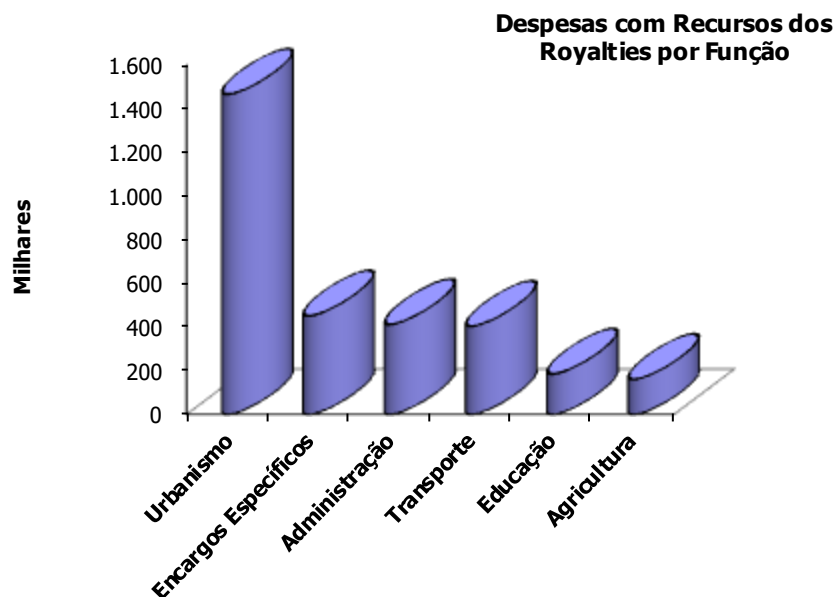
Nesse sentido, considera-se relevante efetuar recomendações ao final deste relatório para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

1.2.2) DESPESAS POR FUNÇÃO

O quadro e o gráfico a seguir apresentam a execução da despesa nas maiores funções de governo no exercício de 2015, suportada com recursos dos *royalties*, sendo que o maior gasto foi realizado na função Urbanismo:

Despesa na fonte ROYALTIES por Função		
FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Urbanismo	1.466.870,44	43,84%
Encargos Específicos	451.264,48	13,49%
Administração	411.807,59	12,31%
Transporte	403.518,16	12,06%
Educação	184.802,38	5,52%
Agricultura	160.577,50	4,80%
Comércio e Serviços	132.687,22	3,97%
Saneamento	79.895,00	2,39%
Segurança	26.788,11	0,80%
Desporto e Lazer	14.841,00	0,44%
Cultura	6.600,00	0,20%
Comunicações	6.109,00	0,18%
TOTAL	3.345.760,88	100,00%

Fonte: quadro de fl. 612 e demonstrativo contábil – fls. 613/616.



1.3) DO GRAU DE DEPENDÊNCIA

Considerando o valor recebido a título de *royalties* pelo município de CANTAGALO, verifica-se que esses recursos representam 9,64% do total das receitas arrecadadas no exercício, como demonstrado no quadro a seguir:

Receita total (A) R\$	Receita de <i>royalties</i> (B) R\$	Receita sem royalties (A-B) R\$	Grau de dependência (B/A)
77.551.274,65	7.476.065,12	70.075.209,53	9,64%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 155/160.

Nota: excluídas as receitas intraorçamentárias e incluídas as receitas de aplicações financeiras.

2) EMPRESAS ESTATAIS

As empresas estatais ou governamentais integram a Administração Indireta e são as denominações genéricas para as empresas em que o Estado é o acionista controlador, abrangendo as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Destaca-se que o capital das empresas públicas é exclusivamente público, diversamente das sociedades de economia mista,

onde há uma conjugação de capital público e privado, sob controle acionário do primeiro.

Conforme informações cadastrais apresentadas pelo jurisdicionado, verifica-se que o município não possui empresas estatais.

VIII – RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Cumprir destacar a importância do pronunciamento dos sistemas de controle interno de cada poder, cujos princípios basilares para o seu estabelecimento originam-se da Seção IX, Capítulo I do Título IV da Carta Magna, realçando-se, por oportuno, tratar-se de matéria afeta à organização dos poderes, portanto, de imperativa observância para que se ponha em funcionamento, ao menos assim o preserve, a tão complexa administração pública.

Certa e pacífica é a competência do sistema de controle interno de cada poder para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em sua esfera federativa, bem como, imprescindível afirmar, também, que lhe é vinculado observar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas (artigo 70 da CF/88). Todas estas competências em apoio às exercidas pelos Tribunais de Contas.

Os sistemas de controle interno, mantidos de forma integrada pelos Poderes, têm como finalidade (artigo 74 da CF/88):

- I) a avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governos e dos orçamentos;
- II) comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial nos órgãos e entidades de sua esfera federativa, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III) o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres de sua esfera federativa; e

IV) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete ainda aos responsáveis pelo órgão de controle interno a seguinte tarefa, conforme estabeleceu o §1º do artigo 74 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 74. ...

§1º – Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer Irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.”

Deve-se observar, também, que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ampliou o escopo das competências fiscalizatórias dos sistemas de controle interno, conforme disposições inseridas no artigo 59 e seus incisos.

Desta maneira, visando o aperfeiçoamento da atuação do controle do município, as ressalvas apontadas nesta instrução deverão ser objeto de acompanhamento e correção, mediante a adoção de sistemas de controle implantados pelo Órgão de Controle Interno do Poder com o objetivo de inibi-las no decurso do próximo exercício.

Neste sentido, o chefe do órgão de controle interno deverá ser **comunicado**, quanto à conclusão da análise das contas, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório a ser encaminhado no próximo exercício, quais foram estas medidas.

IX – PARECER PRÉVIO

Diante do exposto e,

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos municípios jurisdicionados;

Considerando que as contas de governo, constituídas dos respectivos balanços gerais do município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes, exceto pelas ressalvas apontadas;

Considerando a abertura de créditos suplementares e especiais com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao inciso V, artigo 167 da Constituição Federal;

Considerando que foram realizadas audiências públicas avaliando o cumprimento das metas fiscais nos períodos de fevereiro, maio e setembro, em cumprimento ao disposto no §4º, artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino atenderam ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como houve o cumprimento do artigo 21 e do artigo 22 da Lei n.º 11.494/07 em relação às despesas com recursos do Fundeb;

Considerando que os gastos com pessoal encontram-se no limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando a observância da dívida pública do município aos termos da Resolução n.º 40/01, c/c a Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que os gastos, com recursos de impostos e transferências de impostos, em ações e serviços de saúde, cumpriram o limite estabelecido pelo artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12;

Considerando a correta aplicação dos recursos dos *royalties*, em observância ao artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13;

Considerando o atendimento ao artigo 29-A da Constituição Federal pelo Poder Executivo;

SUGERE-SE:

I – Emissão de PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do município de CANTAGALO, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**, referentes ao exercício de 2015, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES**:

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES

RESSALVA N.º 1

Não cumprimento das metas de resultados nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 1

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

RESSALVA N.º 2

Quanto às inconsistências verificadas na elaboração do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, os quais consideram um superávit financeiro na ordem de R\$12.118.204,08, divergente, portanto, da diferença entre o ativo e o passivo financeiros demonstrados no próprio Balanço Patrimonial.

DETERMINAÇÃO N.º 2

Observar o correto registro dos saldos do superávit/déficit financeiro apurados ao final do exercício quando da elaboração do quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes e do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, conforme dispõe a Portaria STN nº 634/13 c/c a Portaria STN nº 700/14.

RESSALVA N.º 3

Não foi atingido o equilíbrio financeiro no exercício, sendo apurado um déficit da ordem de R\$2.223.516,66, em desacordo com o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 3

Observar o equilíbrio financeiro nos próximos exercícios, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

RESSALVA N.º 4

Divergência de R\$128.550,21 as receitas resultantes dos impostos e transferências legais demonstradas nesta prestação de contas (R\$56.581.379,59) e as receitas consignadas no Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2015 (R\$56.452.829,60).

DETERMINAÇÃO N.º 4

Observar o correto registro das receitas nos relatórios da LRF e nos demonstrativos contábeis, em cumprimento ao artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 5

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte ordinários.

DETERMINAÇÃO N.º 5

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da

Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

RESSALVA N.º 6

A movimentação financeira do Fundeb resultou num deficit financeiro de R\$209.790,02, indicando que a despesa empenhada superou a receita do Fundo.

DETERMINAÇÃO N.º 6

Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$209.790,02, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO N.º 01

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

RECOMENDAÇÃO N.º 02

Para que o município atente para a necessidade do controle e redução das despesas com pessoal, uma vez que já atingiu o limite prudencial previsto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – LRF, estando sujeito às vedações previstas neste artigo, sendo constatado ainda um aumento dos gastos com pessoal superior, no período apurado, ao aumento da receita corrente líquida – RCL, situação que indica, caso mantida a tendência atual, risco de descumprimento do limite máximo estabelecido pela citada lei federal.

II – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de CANTAGALO, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apontando ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas.

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA, atual Prefeito de CANTAGALO, para que seja alertado:

– quanto ao *deficit* financeiro de R\$ R\$2.223.516,66 apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

– quanto à alteração da metodologia para a análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual deixará de considerar em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos;

- para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$209.790,02, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

CGM, 18/10/2016.

ROBSON DE OLIVEIRA AGUIAR
Assessor
Matrícula 02/002781

Senhora Subsecretária-Adjunta da SSR,

De acordo com a informação precedente, sugiro a emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de Governo do Município de CANTAGALO, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2015**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

CGM, 18/10/2016.

JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS
Coordenador-Geral
Matrícula 02/003536

Senhor Secretário-Geral de Controle Externo,

Concordando com o inteiro teor do relatório apresentado pela *Coordenadoria de Contas de Governo dos Municípios – CGM*, submeto à sua consideração a sugestão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de Governo do Município de CANTAGALO, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2015**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

SSR, 18/10/2016.

JOANNA GRANJA SANT'ANNA
Subsecretária-Adjunta
Matrícula 02/003507

DE ACORDO, com a manifestação da *Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR*.

AO GAP, em prosseguimento, nos termos previstos no artigo 2º, do Ato Normativo nº 121, de 24/01/2011.

SGE, 18/10/2016.

CARLOS ROBERTO DE FREITAS LEAL
Secretário-Geral
Matrícula 02/003496